



Reflexos da Privatização



Privatizações

Um jogo
de cartas
marcadas



SENGE-PR
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Paraná

**Uma história,
muitas lutas,
um futuro
a construir.**



Um jogo de cartas marcadas

Como parte das comemorações dos 75 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, apresentamos este caderno especial “Reflexos da Privatização”. O objetivo desta publicação é apresentar um panorama do processo de privatização no Brasil, que surgiu com força no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) e implementado com mais vigor após a criação do Conselho Nacional de Desestatização, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

As principais empresas estatais brasileiras surgiram durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Antes disso, durante o período imperial, foram criados o Banco do Brasil S/A, o Banco do Estado de São Paulo S/A, o Banco Mineiro da Produção e o Banco de Crédito da Borracha. Mas foi com o início da industrialização no país que surgiram as grandes estatais brasileiras como o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Alcalis, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco e a Fábrica Nacional de Motores S/A. Elas tinham como objetivo a transformação da economia brasileira de agrária para industrial, num processo de substituição de importações. No seu segundo governo (1951-1954) criou a Petrobrás para atuar prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados, no Brasil e no exterior.

Com a chegada dos militares ao poder (1964-1985) o processo de estatização do país ampliou-se indevidamente, sob o meu ponto de vista, para setores não estratégicos.

Senge-PR Comunicação



FANINI: governo FHC marca ápice do desmanche do estado brasileiro

Foram criadas diversas empresas estatais nas áreas de transportes, cinema e até hotelaria. Nessa época, o governo brasileiro passa a fazer uso político das empresas, entregando cargos técnicos a aliados, subvertendo o conceito original das estatais. Em 1979, o governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) lança o Programa Nacional de Desburocratização, com objetivo de privatizar algumas dessas empresas. No entanto, é no início do governo Collor e sua política neoliberal que esse processo se intensifica. O conceito de Estado Mínimo é adotado, com o objetivo de facilitar a administração e “enxugar” a máquina pública. Dessa forma, o governo brasileiro coloca a venda suas principais empresas, sob o argumento que eram deficitárias. Mas a primeira estatal privatizada em seu governo, a siderúrgica mineira Usiminas, era uma das mais lucrativas. Mesmo com grandes manifestações populares, até o fim do tumultuado governo de apenas dois anos, 18 grandes estatais foram entregues a iniciativa privada, especialmente siderúrgicas e petroquímicas.

No governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o desmanche do estado brasileiro atinge seu ápice. Com a criação do Conselho Nacional de Desestatização, foram vendidas empresas estratégicas, como a companhia de minério Vale do Rio Doce, a Telebrás, que detinha o monopólio das telecomunicações e a Eletropaulo, uma das maiores distribuidoras de energia elétrica do mundo. Além de vender empresas fundamentais para o desenvolvimento do país, o governo financiou com recursos públicos ou aceitou títulos de crédito com retorno duvidoso em boa parte das privatizações, num verdadeiro jogo de cartas marcadas. Dessa forma, o governo agiu com um Robin Hood às avessas, tirando o patrimônio do povo brasileiro para entregá-lo a preços irrisórios a grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Passados quase 20 anos do início do processo de privatização do país, quando o Brasil começa a retomar um processo de crescimento vigoroso, o faz novamente com uma forte inserção do investimento público, motivo pelo qual consideramos oportuno oferecer essa reflexão.

Valter Fanini - Diretor Presidente do Senge-PR



Publicação comemorativa aos 75 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR). Edição única.

Editor responsável Felipe A. Pasqualini (Reg. Prof. 3.804 PR)

Textos e reportagens Pedro Carrano

Design, infográficos e diagramação Alexandro Teixeira Ribeiro

Fale conosco comunica@senge-pr.org.br

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores. O Senge-PR permite a reprodução do conteúdo deste jornal, desde que a fonte seja citada.

Fotolitos/impressão Reproset **Tiragem** 5 mil exemplares

Anos 1990: a apropriação das empresas públicas

Economia brasileira descreve um longo caminho do desenvolvimentismo dos anos 1930 a 1980, até a aplicação da política neoliberal, com ataques ao mundo do trabalho, perda de direitos conquistados, privatização do capital controlado pelo Estado são alguns marcos do novo período.

Era o retorno, adaptado às novas realidades, do velho capitalismo liberal. Entre 1930 e 1975, várias concessões haviam sido feitas, em muitos países, para atender às necessidades do sistema atingido pela Crise de 1929 e pela subsequente Grande Depressão, da década de 30. Logo após a Segunda Guerra, os países capitalistas precisavam recuperar suas economias. Precisavam garantir sua vitória contra a expansão do comunismo e contra as lutas de libertação que aconteciam em todas as antigas colônias. Nos países capitalistas, a pressão do movimento operário conquista, “na marra”, vários direitos. Nos anos 80, as empresas, para garantir seus lucros, precisavam recuperar o terreno perdido com essas concessões. Precisavam retirar dos trabalhadores o máximo de conquistas possíveis, de acordo com Vito Giannotti.

Definição de “mercado”: Capital monetário concentrado nas mãos de pequeno número de operadores, de acordo com François Chesnais.

Entre as décadas de 1930 a 1980,

o Brasil viveu um processo de industrialização, baseado no modelo de substituição de importações (MSI), que o urbaniza e retira da condição de país baseado exclusivamente na agricultura, e que tem como resultado a criação de uma indústria de base e infraestrutura. Ainda que dependente, a industrialização deixou como saldo setores modernos em todas as regiões, articulados com mercados globais. Embora o Estado brasileiro não tenha realizado neste período reformas estruturais e não reverteu a concentração de renda no país, situação que veio a se aprofundar.

Na década de 1990, a imagem do crescimento planejado pelo Estado é rompida e dá lugar a uma outra percepção: “As oscilações de mercado passam a definir praticamente sozinhas as atividades ou setores produtivos que irão se desenvolver, estagnar

ou perecer, e a indústria perde seu papel específico de liderança do processo de desenvolvimento” (1). De acordo com o ritmo mundial, a produção brasileira teve queda no ritmo de crescimento, impossibilitada de repetir os números do modelo anterior. Entre 1950 e 1973, a taxa de crescimento do PIB nacional estava em torno de 4,7%, número que passa a 2,8% na década de 1990 (veja dados abaixo). “Ao contrário do que diz o discurso hegemônico, o período em que se aceleram a revolução técnico-científica e a

globalização (1973-1990) coincide com uma nítida contração no ritmo de crescimento da economia e do comércio mundiais, em relação ao período imediatamente anterior” (2).

Estradas, portos, linhas férreas, linhas de transmissão de energia e telefônicas são leiloados, ao lado de insumos e recursos energéticos. Uma infraestrutura completa é apropriada por grupos privados, a partir do excedente concentrado até aquele momento no Estado. O discurso característico do neoliberalismo - o Estado mínimo reduzido aos investimentos essenciais - não encobre o fato de a privatização ter contado com o apoio do próprio Estado.

A ferramenta para isso foi o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), usado na formatação e no gerenciamento das privatizações.

O economista Fábio Bueno, da organização Consulta Popular, identifica uma mudança no papel histórico do Estado ao longo do século vinte. “Após um período que vai da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa até meados da década de 1960, a organização da sociedade pelo livre mercado foi vista como responsável pelas grandes mazelas do pe-

Entre as décadas de 1930 a 1980, o Brasil viveu um processo de industrialização, baseado no modelo de substituição de importações (MSI), que o urbaniza e retira da condição de país baseado exclusivamente na agricultura, e que tem como resultado a criação de uma indústria de base e infra-estrutura.

ríodo, inclusive dentro do próprio mundo capitalista. Daí a atuação estatal como organizadora de várias dimensões da sociedade. Com o passar do tempo, ocorre uma mudança importante de correlação de forças dentro da burguesia internacional, com ascendência daquelas frações internacionalizadas pelas finanças, que acabam por inverter o ponto de vista na segunda metade do século vinte: as mazelas e dificuldades enfrentadas após a década de 1960 passam a ser atribuídas justamente à falta de liberdade dos mercados!”, analisa.

A expansão das corporações e transnacionais, iniciada na década de 1970, é uma das determinantes na implantação do neoliberalismo, quando passam a ser responsáveis por um terço da produção do mundo. Estas empresas definem a especialização entre países e servem de base para o formato atual do capitalismo financeiro, devido à sua capacidade de difusão a partir do desenvolvimento da tecnologia e da telemática. No Brasil, as empresas estatais apropriadas pelo capital transnacional (a exemplo da Vale, Petrobrás, etc) passam a ter um forte controle do capital financeiro, planejadas de acordo com mecanismos próprios (fundos de pensão, etc) e decisão na mesa dos acionistas.

Nos anos 1990, o Estado recebe investimentos externos diretos e, como conseqüência, aumenta sua dívida. Aumentam também as remessas enviadas das corporações para suas matrizes. “As remessas de lucros e dividendos de empresas estrangeiras para suas matrizes dão dois grandes saltos, em 1992 e 1996, tornando-se nos últimos anos muito acentuadas. Em 1997, elas apresentaram crescimento de 69% em relação a 1996 e de 217% em relação a 1993, ano imediatamente anterior ao início do Plano Real” (3).

Os mecanismos financeiros tornam-se mais complexos e envolvem agentes como investidores,

Agência Brasil



O BNDES foi ferramenta usada em auxílio das privatizações



DELFIN: processo de financeirização da economia vem desde 1970

transnacionais e o jogo do mercado de ações. “As grandes empresas tenderam a obter fundos diretamente no livre mercado, passando assim a depender menos dos empréstimos bancários, (...) o que significa que o mercado passa a controlar os empréstimos, por meio de títulos e derivativos, não mais apenas por meio dos bancos. A capacidade produtiva mundial sofre um deslocamento produtivo. O mais importante, que é a necessidade básica dos trabalhadores, não é atendida” (4).

É o economista Delfim Netto quem explica o processo de financeirização da economia, iniciado nos anos 1970. “No fim dos anos 70 do século, o sistema bancário americano foi submetido a um enorme estresse, criado pelos petrodólares, pela maior liberdade de movimento de capitais, pelas ‘inovações’ financeiras e, principalmente, pela maior flexibilidade do sistema bancário inglês. Iniciou-se, então, a desregulação do sistema (...) Eliminou-se o monopólio dos bancos comerciais nos depósitos sacáveis com cheques, acabou-se com a separação entre bancos comerciais e de investimentos, estabeleceu-se a eliminação progressiva dos controles das taxas de juros”, descreve (5).

Desregulamentação, privatização e liberalização. Esta é a síntese usada pelo economista francês François Chesnais, considerado o principal teórico hoje sobre o capitalismo financeiro. Não importa a palavra que usemos para entender o neoliberalismo, em todo o continente, dos indígenas mexicanos ao movimento social e sindical brasileiro, de Seattle a Caracas, é produzida uma percepção de que o neoliberalismo se lança como guerra contra a própria humanidade (6) e contra o sentido daquilo que é público e deveria ser de todos.

Taxas médias anuais de crescimento do produto e das exportações mundiais

Ano	PIB	Exportações (%)
1870 - 1913	2,7	3,5
1913 - 1937	1,8	1,3
1950 - 1973	4,7	7,2
1973 - 1990	2,8	3,9

Fonte: A Opção Brasileira, editora Contraponto, 1998

Distribuição de renda no Brasil Acesso das classes à renda nacional

	1960	1970	1980
20% mais pobres	3,9	3,4	2,8
50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
1% mais ricos	11,9	14,7	16,9

Fonte: A Opção Brasileira, editora Contraponto, 1998

Implantação do neoliberalismo na América Latina

Na sua raiz, o neoliberalismo é o resgate do ideário de completa não-intervenção do Estado e auto-organização do mercado, baseado nas ideias de Frederick Von Hayek, autor de O Caminho da Servidão, e Milton Friedman (da escola de Chicago), entre outros. Estes pensadores não tinham eco nos anos 1950, uma vez que o capitalismo no pós-guerra passava por um longo período de expansão, financiado justamente pela intervenção estatal, crescimento que duraria até o “Choque do Petróleo”, de 1973 (ocasionado pela disputa entre países produtores e consumidores do recurso energético).

Na América Latina, o primeiro laboratório neoliberal foi o Chile, durante a ditadura militar. O economista e diretor do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, Pablo Diaz, analisa: “Os ‘Chicago Boys’, sob o comando do Friedman, vieram para o país de Pinochet, onde fizeram a primeira grande experiência neoliberal. Foi o balão de ensaio do neoliberalismo. Ficou comprovado que o liberalismo de mercado não era igual à democracia, cabendo muito bem em um Estado autoritário combinado ao liberalismo econômico. O liberalismo não precisava de democracia”, comenta. À época, Pinochet lograria conter a inflação, porém ao preço de 60% da população chilena subalimentada e a falência de mais de 2 mil empresas. A participação da indústria chilena no PIB baixou de 30% para 20%, de acordo com análise de Diaz. Hoje, economistas de Chicago estão retornando ao governo do país, a partir da eleição de Sebastián Piñera.

Em 1979, o liberalismo é aplicado na Inglaterra sob comando da primeira-ministra, Margareth Thatcher. O modelo pregava, além do esvaziamento do Estado, a financeirização da dívida pública dos países do então chamado Terceiro Mundo e o combate aos sindicatos, como

aconteceu com o setor dos trabalhadores mineiros ingleses. “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”, afirmava Thatcher. Neste contexto, um país como o México, em 1995, sofre a queda de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto os salários caíram em 55%. Falar deste país não se trata de uma casualidade, o primeiro da América Latina a decretar a moratória da dívida pública, ainda no ano de 1982, que se alastraria aos países vizinhos, uma vez que o tema da dívida é uma das principais justificativas do pensamento neoliberal para a privatização e venda do patrimônio público.

Dívida pública e venda do patrimônio

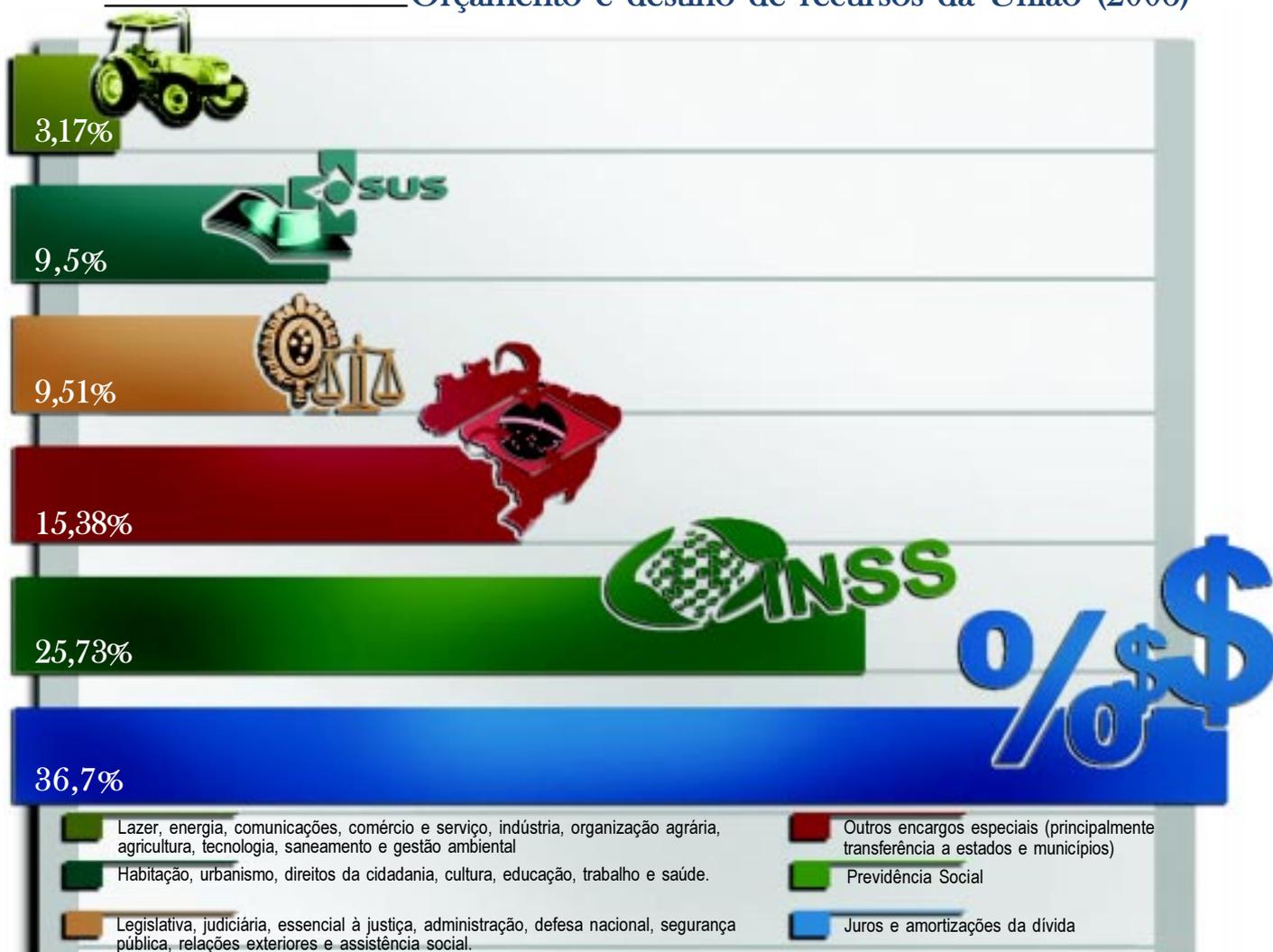
As condições para a implantação do modelo neoliberal já eram dadas no próprio final do ciclo do modelo de substituição de importações (MSI), a partir do endividamento do Estado. Com isso, o mecanismo do pagamento da dívida foi o que amarrou e justificou a venda de empresas estatais. Isto porque, no final da década de 1970, o capitalismo brasileiro se viu enredado em empréstimos internacionais, uma forma de sustentar a implantação da indústria de bens intermediários, levada à frente pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado pelo governo Geisel, em 1974, já no declínio do “Milagre Brasileiro”. “Seduzidos pelo endividamento ‘fácil’ nos anos 1970, (os governos) enfrentaram crises da dívida nos anos 1980 e, ao se verem sem recursos para o pagamento da dívida, são ‘socorridos’ pelo FMI e levados a aceitar as condições impostas pelos credores”, descrevem Rodrigo Vieira de Ávila e Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida.

O neoliberalismo e suas determinações não estão engessadas na década de 90. Este modelo econômico se desenvolve e ainda hoje com conseqüências. Dados de 2009 apontam que a dívida pública (soma das dívidas interna e externa do setor público) atinge o patamar de R\$ 1,497 trilhões (sendo R\$ 96,97 bilhões de dívida externa e os restantes R\$ 1,4 trilhões de interna), o que corresponde a 47,6% do PIB e eleva em R\$ 104 bilhões o patamar de endividamento registrado em 2008 (7). O montante de recursos pode ser comparado com o que concretamente é investido em setores tais como Saúde e Educação, como revela o gráfico na página 6, elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida, sobre o orçamento do governo (2006) e o destino dos recursos.

Derrotas populares e no mundo do trabalho

Para a população da América Latina, o Consenso de Washington (1989) caracterizou-se por alguns elementos comuns, entre eles: o investimento e o mercado aberto para as corporações, o vínculo das moe-

Orçamento e destino de recursos da União (2006)



das latino-americanas com o dólar, e a redefinição da propriedade intelectual como uma das formas de as transnacionais ampliarem e estenderem o seu controle sob os mercados (8).

O neoliberalismo se impôs a partir de derrotas populares na década de 1980. No Brasil, esta década se traduziu em cinco greves gerais dos trabalhadores, cujo projeto político conheceu a derrota nas eleições de 1989. Na opinião de Bueno, a implantação do modelo neoliberal responde a uma derrota a partir de dois projetos em disputa. “Passa-

mos pela crise da dívida, pelo re-estabelecimento da democracia representativa e pela elaboração de uma Constituição, processos que desembocaram em uma disputa de projeto na eleição em 1989, entre o abandonado projeto democrático popular de Lula e o neoliberalismo de Collor. Ou seja, impunha-se a mudança para o Brasil, mas não necessariamente a neoliberal, que vingou por derrotar a alternativa posta então, em que pese não ser claro os desdobramentos de uma derrota de Collor em 1989”, comenta.

Os trabalhadores sofreram ataques contra seus direitos e a força de trabalho teve o valor depreciado. “No começo da década, com a recessão de 1981/83, tentou-se aplicar novas tecnologias que desempregavam força de trabalho. Elas intensificavam e homogeneizavam o processo de trabalho. Estas transformações buscavam pressionar o mercado de trabalho, desqualificando a força de trabalho (simplificando suas tarefas e diminuindo seu preço). Dessa forma, as mudanças tecnológicas visualizavam uma precarização das relações de trabalho, aumentavam o ritmo e a jornada de trabalho e diminuían o valor da força de trabalho”, descreve o economista brasileiro Venâncio de Oliveira.

Temos, então, a imagem usada pelo economista Win Dierckxsens, na qual o “bolo” crescido no período desenvolvimentista precisava agora ser fatiado.

Pontos do Consenso de Washington

- Disciplina Fiscal
- Corte de subsídios e aumento de gastos em educação e saúde
- Reforma Tributária e aumento da carga e base tributária
- Taxa de juros deve ser positiva e determinada pelo mercado
- Taxa de câmbio deve ser determinada pelo mercado
- Comércio deve ser liberalizado e voltado para o exterior
- Não deve haver restrições ao investimento direto
- Empresas estatais devem ser privatizadas
- Atividades econômicas devem ser desregulamentadas
- Prover melhores garantias aos direitos de propriedade

Período neoliberal: a economia dita a falta de soberania

Economista aponta esvaziamento ideológico, hegemonia do capital financeiro e perda de soberania política sobre os rumos do país como principais elementos da política no neoliberalismo.

O neoliberalismo produziu um elogio ao individualismo, caracterizando-se como um projeto com grande capacidade para capturar a subjetividade das pessoas. “Auto-ajuda e mercado. Ele destrói o senso de coletivo e implanta o individualismo, as pessoas não reconhecem mais o espaço público como algo público”, define o economista Pablo Diaz, diretor do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

Houve um esvaziamento das decisões políticas e perda de margem de ação. “Dentro da lógica neoliberal, melhor ter um Estado enxuto e eficiente, que promovesse a segurança, que é a repressão. Ao Estado define-se este papel, educação básica e rendas compensatórias, omitindo-se de políticas públicas. Passa a valorizar o político administrativo e não a política social, o que cabe dentro do discurso de maximização dos resultados. A população acredita nisso, pois não consegue fazer o vínculo, por exemplo, entre aumento da violência e fim do Estado social”, comenta.

Brasil: o neoliberalismo aplicado à exaustão

Ainda era 1993. O atacante Romário prometia o título mundial da Copa do Mundo para o povo brasileiro, depois de duas décadas sem vitórias e uma classificação apertada nas eliminatórias. Surgiu aos olhos de todos como o salvador que a nação necessitava. Outra grande promessa com a qual uma geração inteira de brasileiros se deparou, mas não chegou a ver o resultado final: a venda das estatais brasileiras representaria maior investimento nos setores essenciais (Saúde, Educação, etc), uma maior qualidade e melhores preços no acesso da população ao mundo dos serviços, a partir de maior competitividade entre as empresas.

O atacante brasileiro cumpriu sua promessa e a seleção ergueu a taça da Copa. O Plano Real e o início do governo FHC tiveram apelo parecido no imaginário popular. Mas o movimento concreto da política econômica brasileira foi percebido por pou-

cos. Por trás dos bastidores, a venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo e ‘salvando’ o real. O dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda para reduzir também a dívida interna – dívida que nunca chegou a ser quitada (10). De acordo com o mecanismo do “fluxo de caixa descontado”, as empresas foram avaliadas por preços de mercado, sem levar em conta o patrimônio, o capital constante e a logística dos grupos estatais.

A infra-estrutura brasileira foi colocada à venda: Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Petrobras e Telebrás, Rede Ferroviária Federal (RFFSA) foram leiloadas, a partir de manipulação de preços, que elevou o investimento estatal em um primeiro momento, para em um segundo instante vendê-las com um preço inferior ao seu patrimônio. Apenas no governo FHC, entre 1997 e 2002, 133 empresas passaram ao controle de grupos privados, 78 delas ligadas à produção e não-financeiras (IBGE). De 1993 a 1997, 300 empresas brasileiras compradas por estrangeiros. O surgimento das agências reguladoras é a síntese de uma transição do Estado. De planejador, passaria a

SEEB Curitiba



PABLO Diaz: neoliberalismo destrói o senso de coletivo

Honduras, 2006. A América Central e países como El Salvador, Guatemala, Nicarágua sofreram com a luta armada, nos anos 1980, e a aplicação do livre comércio, abandono do campo e migração de mão de obra. A resistência do movimento popular em Honduras, após o golpe contra o presidente Manoel Zelaya, é um primeiro marco de mobilização popular de resistência contra o modelo neoliberal.



México, 1994. O país viveu duas fraudes eleitorais, em 1988 e 2006, nas quais venceu a fração conservadora do país. No dia primeiro de janeiro de 1994, a implantação do Tratado de Livre Comércio (TL-Cam), com Canadá e EUA, produziu uma rebelião, do estado de Chiapas para o México todo, devido ao termo do Tratado que ameaça a propriedade comunal indígena.



Equador, 2000 a 2005. Três presidentes foram depositos em cinco anos, sob a palavra de ordem de “Que se vayan todos”. O último deles, Lúcio Gutiérrez, elegeu-se com uma proposta nacionalista e vinculada ao movimento indígena, mas apenas aprofundou as relações com os Estados Unidos e teve de refugiar-se na embaixada brasileira.



Peru, 1994. O governo Fujimori, apesar do controle inflacionário, aumentou a pobreza de menos de 30% para mais de 60% da população de cerca de 23 milhões de pessoas. O presidente chega ao terceiro mandato, é acusado de corrupção e refugiado pela sua condição de estrangeiro.



Argentina, 2001. O processo de privatização argentino desempregou 350 mil trabalhadores e a atividade privada outros 200 mil, resultado da política de Menem. O governo posterior seguiu o mesmo rigor neoliberal de Menem. A crise econômica de 2001 na qual o país emerge derruba cinco presidentes.



Venezuela, 1989. O episódio do “Caracazo”, levante dos marginalizados da capital (Caracas), durou cerca de 3 meses e deixou saldo de mais de 3 mil mortos, durante o governo do presidente Carlos Andrés Pérez. Em 1992, uma tentativa frustrada de rebelião militar, comandada pelo então coronel Hugo Chávez, abre a possibilidade de uma ruptura no sistema de poder venezuelano para um governo popular.



Bolívia, 2003 e 2005. O presidente Sanchez de Losada, responsável pela morte de 67 lutadores sociais, em 2003, no episódio conhecido como “Guerra do Gás”, refugiou-se nos Estados Unidos, após uma crise institucional. Em 2005, o vice Carlos Mesa chegou a renunciar devido à pressão do movimento social.



Presidentes neoliberais e o descontentamento da população

FONTE: *E se o capitalismo acabasse?*, de Luiz Carlos Correa Soares, janeiro de 2001, editora do autor

ser um fiscalizador neste período. “Houve uma reversão de todo o Estado moderno, em primeiro lugar foi colocado o econômico, e depois o governo faria a política com o que sobrar”, comenta o economista Pablo Diaz.

Na prática, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND), financiou as transnacionais que dominaram os setores estratégicos do parque industrial brasileiro.

Os primeiros setores leiloados pelo PND concentram-se nos ramos siderúrgico, elétrico, de mineração, petroquímico, ferroviário e de fertilizantes. O PND foi levado a cabo com energia pelo presidente FHC, quem inseriu em suas Cartas de Intenção ao FMI a privatização da previdência, de bancos estaduais e empresas elétricas (11). Decreto presidencial desta época inviabilizou o empréstimo do BNDES para empresas públicas, impossibilitando o próprio sentido do banco desde a fundação, em 1952. “O BNDES recebe 40 bilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), pega o dinheiro que era para promover o ‘crescimento’, e empresta subsidiado para a compra das companhias por estrangeiros”, comenta Diaz.

Cronologia do Programa Nacional de Desestatização (PND)

1993-1994 - Eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas a serem alienadas.

1997 - Junto à venda de 68 empresas produtivas federais, intensificam-se as privatizações de âmbito estadual, com a venda de 40 empresas estaduais.

2002 - O Programa concentra-se em outros setores, não mais o setor siderúrgico, como no início dos anos 1980. O setor elétrico, hidrelétricas, portos, malhas fluviais passam a constar nas licitações.

Atuação do BNDES nas privatizações*

Programa	Receita de Venda	Dívidas Transferidas	Resultado da Desestatização
Estadual	27.948,8	6.750,2	34.699,0
PND	30.824,2	9.201,4	40.025,6
Telecom	29.049,5	2.125,0	31.174,5
Resultado	87.822,5	18.076,6	105.899,1

* Em US\$ milhões

Fonte: A Opção Brasileira, editora Contraponto, 1998

O BNDES e os investimentos nas privatizações

O investimento do BNDES na privatização da Light foi de R\$ 730 bilhões, em 1998 (após o apagão do Rio de Janeiro). Na privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): R\$ 1,1 bilhão para execução de um plano de expansão de cinco anos. Investiu R\$ 4,7 bilhões na Açominas, antes de privatizá-la. Já na Petrobras (1997), uma articulação com pouco mais de 20 sócios, investe R\$ 140 milhões e conta com R\$ 60 milhões do BNDES, uma sociedade (Sociedade de Propósito Especial) para captar no mercado internacional R\$ 1,3 bi (justamente o valor do investimento de R\$ 1 bi previsto no orçamento do Estado, cortado em 99), e essa jogada resultou num aporte de R\$ 1,5 bi para negócio com previsão de faturamento de R\$ 5 bilhões em médio prazo.

Referências

1. A Opção Brasileira, ed. Contraponto (1998). BENJAMIN, Cesar (org).
2. Idem.
3. Idem 1 e 2.
4. (COSTAS, Lapavitsas, o capitalismo financiarizado, tradução livre).
5. Jornal Valor Econômico, fevereiro de 2010.
6. Subcomandante Insurgente MARCOS, Don D. de La Lacandona.
7. GENNARI, Emílio. Base de dados para a análise de conjuntura de 2010.
8. CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital.
9. O Brasil Privatizado. BIONDI, Aloysio.
10. Auditoria Cidadã da Dívida.
11. Idem.

Dez principais países beneficiários do Programa Nacional de Desestatização (PND)

País	PND		Estaduais		Tele- comunicações		Total	
Estados Unidos	4.31	15,1	6.024	21,6	3.692	12,8	14.034	16,5
Espanha	3.606	12,6	4.027	14,4	5.042	17,5	12.675	14,9
Portugal	1	0,0	658	2,4	4.224	14,7	4.882	5,7
Itália	-	-	143	0,6	2.479	8,6	2.621	3,1
Chile	-	-	1.006	3,6	-	-	1.006	1,2
Bélgica	880	3,1	-	-	-	-	880	1,0
Inglaterra	2	0,0	692	2,5	21	0,1	715	0,8
Canadá	21	0,1	-	-	671	2,3	692	0,8
Suécia	-	-	-	-	599	2,1	599	0,7
França	479	1,7	196	0,7	10	0,0	686	0,8
Participação Estrangeira	11.210	36,4	13.654	48,9	17.270	59,4	42.134	48,0
Total	30.824,2	100	27.948,8	100	29.049,5	100	87.822,5	100

- US\$ milhões - % Atualizado em: 31/12/02 FONTE: BNDES

Regulação e desregulação

“As agências têm servido também como espaços para compadrio e nepotismo, além de se tornarem “raposas cuidando dos galinheiros”. Há exceções? Talvez sim, mas é difícil dizer onde e quando”, afirma no artigo abaixo o ex-presidente do Senge-PR, Luis Carlos Correa Soares.

Regulação é um sistema ou processo de controle; regulamentação é um conjunto de instrumentos e mecanismos pelos quais é exercido um determinado sistema ou processo de regulação. Ambos devem ser norteados por princípios éticos, morais e democráticos, orientados para os interesses da nação, como um todo.

Os sistemas de controle dos Estados nacionais da Era Moderna não poderiam prescindir de modernos sistemas e processos de regulação, sob os princípios acima. Entretanto, aprofundou-se o fosso entre os sistemas de regulação ideais e os possíveis. A explicação é simples mas deve ser precedida de conceitos muito claros.

De modo conciso pode-se conceituar ética e moral como conjuntos de princípios norteadores e referenciais para os usos, costumes e inter-relações dos indivíduos e das sociedades. Todavia, ética e moral não se confundem. A principal diferen-

ça está nas respectivas dimensões de espaço-tempo: a ética é tão abrangente no espaço e permanente no tempo quanto seja possível estabelecer; a moral, ao contrário, é restrita quanto à ambiência e/ou à temporalidade.

No Brasil neoliberal o princípio da divinização do mercado, o falso mito do Estado mínimo, o crescimento da dívida e o aceleramento da nossa trajetória para a subserviência se aprofundaram de forma efetiva e desastrosa.

A quem cabe regular? No contexto econômico e financeiro internacional as chamadas agências de fomento (tipo O FMI, o BID, o Bird) - ao estabelecerem regras comportamentais para os países periféricos e carentes de recursos para sustentação das suas economias, permanentemente abaladas pelo processo sanguessuga do capital -, nada mais são do que agências internacionais de regulação desses países. Acresçam-se os acordos multilaterais (tipo OMC, AMI, a nati-morta Alca etc), onde normalmente prevale-

cem os interesses dos países centrais do capitalismo.

No Brasil neoliberal o princípio da divinização do mercado, o falso mito do Estado mínimo, o cresci-

Senge-PR Comunicação



SENGE-PR: luta contínua contra agências reguladoras.

mento da dívida e o aceleramento da nossa trajetória para a subserviência se aprofundaram de forma efetiva e desastrosa. Um dos instrumentos essenciais para esse processo, além das privatizações – tema de capa desta Revista - tem sido a desregulamentação procedida em setores estratégicos essenciais, mediante a retirada de controles do âmbito do Estado brasileiro. Mesmo que tais controles fossem frágeis, eram muito melhores do que tudo o que foi inventado depois.

Para simulacro de regulação por meio das “agências reguladoras que pouco ou nada regulam” e, com o processo privatizante já em estágio avançado, foi elaborada a Lei 9.986/2000 para definir as regras de funcionamento dessas agências. Além de débeis e tendenciosas, as regras foram aplicadas de modo tardio.

Atualmente, existem nove agências: Anvisa (vigilância sanitária), ANS (saúde), ANA (águas), Aneel (energia Elétrica), Anatel (telecomunicações), ANTT (transportes terrestres), Antaq (transportes aquaviários), Ancine (cinema).

Algumas agências incorporaram estruturas de departamentos e secretarias de ministérios extintos. Todas têm funcionários cedidos por empresas privadas e órgãos governamentais. Ou funcionários temporários, contratados por intermédio de organismos internacionais ou por processo seletivo simplificado e admissões com durações pré-determinadas. Além dos cargos de livre indicação. Indicação de quem? Ora, pois...

Em resumo, as agências têm servido também como espaços para compadrio e nepotismo, além de se tornarem “raposas cuidando dos galinheiros”. Há exceções? Talvez sim, mas é difícil dizer onde, quando e em que circunstâncias, porque o processo e o sistema estão viciados desde a origem e os fundamentos.

Além disso, vem sendo criado um imenso e caótico processo legisferante que tem produzido tanto a glória dos juristas – dado o novo filão de atuação profissional - como também o seu desespero, dadas as mutações quase diárias nos regulamentos emitidos. E bem assim, o desespero dos usuários porque inexistem condições para se conhecer com profundidade e amplitude o emaranhado normativo que está sendo gerado continuamente. É inevitável perguntar: qual é a real utilidade dessa parafernália?

O Estado mínimo neoliberal, quando abdicou de exercer, ele mesmo, as atividades produtivas e de serviços, deveria ao menos executar funções reguladoras, de modo direto, com eficiência e eficácia, na direção dos interesses da população em geral.

Todavia, claro está que essa não era e nunca será a ideia predominante, bem ao contrário, tanto na conjuntura mundial como brasileira. Os Estados prisioneiros de interesses específicos de grupos e grupelhos, sem independência e soberania, com princípios fundantes tais como “tudo ao mercado” e “obediência cega a contratos”, não detêm condições necessá-

Agência reguladoras em quatro pontos

1 - os processos de regulação e de regulamentação devem ser norteados por princípios éticos, morais e democráticos, considerando os interesses da nação.

2 - um Estado fraco não detém condições de autonomia para regular setores básicos no rumo do interesse social.

3 - a estruturação da nação brasileira (território, povo, autonomia e Estado) foi sempre fragmentada e sofreu imensos descompassos, produzindo um país economicamente forte mas socialmente injusto.

4 - no Brasil, em grande medida, as agências reguladoras operam sob influências políticas, burocracias, clientelismos e com parafernalias jurídicas absurdas e inúteis.

rias e suficientes para estabelecer marcos regulatórios efetivos em setores-chave e estratégicos.

Poderíamos encerrar este texto com um dito popular que, de forma publicável, diz mais ou menos assim: “quanto mais a gente se abaixa, mais as coisas aparecem...”. Porém preferimos usar uma parte da poesia “**Quem morre?**”, de Pablo Neruda.

*“Morre lentamente quem se transforma
em escravo do hábito,
repetindo todos os dias os mesmos trajetos.
Morre lentamente quem abandona
um projeto antes de iniciá-lo,
não pergunta sobre um assunto que desconhece
ou não responde quando lhe indagam
sobre algo que sabe.
Evitemos a morte em doses suaves, recordando
sempre que estar vivo
exige um esforço muito maior que o
simples fato de respirar.
Somente a perseverança fará com que
conquistemos um estágio esplêndido de felicidade.”*

Senge-PR Comunicação



SOARES: agências têm sido espaços para compadrio e nepotismo

Mundo de uma nota só

Durante o período neoliberal, hegemonia estadunidense é mantida pelo controle da indústria de armas, ideologia e pela emissão de moeda. Nação substitui a produção pela emissão de moedas, pelo endividamento e aumento do déficit público.

A partir da década de 1990, o mundo passa a ser controlado por uma nação hegemônica. Isto se dá no plano político e militar, econômico e cultural. Os EUA lançam mão da superioridade militar para controlar o acesso aos mercados, em nome da manutenção de taxas de lucro em franca queda desde a década de 1970.

Armas, palavra, dinheiro. A imagem usada pelo cientista político Emir Sader (foto) explica a base do poderio dos Estados Unidos. No plano econômico, os EUA passam a controlar a emissão do dinheiro mundial sem obediência a nenhuma regra, ao romperem unilateralmente o Tratado de Bretton Woods. A moeda passa a circular dissociada dos circuitos produtivos reais, na busca pela valorização do capital no menor período de tempo possível, num mundo onde a regulação financeira foi destruída.

O discurso do liberalismo é aplicado para além-mar, uma vez que Estados Unidos e Europa persistem no protecionismo dentro de suas fronteiras, sobretudo nos setores de produção agrícola, enquanto o receituário aplicado era a venda do patrimônio público e abertura dos mercados.

Enquanto todos os demais países participantes da Segunda Guerra haviam tido perdas sensíveis, a renda nacional aumentara nos EUA de 91 bilhões de dólares em 1939, para 211 bilhões em 1945. Ao final de 1945, os EUA detinham 50% da riqueza, mas somente 6% da população mundial. No plano militar, os gastos da elite desse país com armamentos superam, com folga, a soma dos gastos realizados pelos outros 14 países que integram a lista dos 15 mais bem armados do mundo (1).

Hoje em dia, apesar do surgimento do grupo dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China), esta hegemonia mantém-se no plano militar, embora a Rússia se mantenha como a segunda potência nuclear. “Um gasto militar em ascenso em uma base econômica em declive não pode ser sustentado, como dramaticamente mostrou o colapso do bloco soviético”, analisa o economista holandês, radicado na América Central, Win Dierckxsens (2).

O país do norte define-se como uma nação importadora, sendo que 10% de seu consumo industrial depende de bens cujos custos de importação não são cobertos pelas exportações. Hoje, a dívida pública dos Estados Unidos chega a ser 350% maior que a produção industrial. A produção é descentralizada para outras nações, e a dívida interna no país é maior que o Produto Interno Bruto (PIB). Os EUA absorvem parte da produção do crescente mercado chinês. Ao mesmo tempo se endividam.

A China é o principal credor dos Estados Unidos – sendo que o Brasil é o quarto comprador de Títulos do Tesouro Americano. Em 2009, o governo dos EUA amarga um déficit público de um trilhão e 414 bilhões de dólares e, para 2010, a previsão é de que, apesar de uma eventual redução dos gastos públicos não relacionados à segurança, a dívida se mantenha em altos patamares (3).

Nos debates políticos sobre o período neoliberal,



EMIR: armas, palavra e dinheiro: símbolos da hegemonia dos EUA

expressões como “transnacionais”, corporações e financeirização da economia tornam-se correntes em nosso vocabulário. Trata-se do domínio mundial destes grandes conglomerados, expansão que lança a base para a livre circulação de moeda.

O poder das corporações transnacionais se traduz da seguinte forma: dentre as 50 principais corporações hoje, 66% são de propriedade estadunidense e, entre as 20 maiores, 70% são de propriedade do país do Norte (veja box).

O discurso do liberalismo é aplicado para além-mar, uma vez que Estados Unidos e Europa persistem no protecionismo dentro de suas fronteiras, sobretudo nos setores de produção agrícola, enquanto o receituário aplicado era a venda do patrimônio público e abertura dos mercados. A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) – não assinada com a totalidade dos países americanos devido a manifestações e plebiscitos populares – deu lugar aos Tratados de Livre Comércio (TLC), assinados em cada país, junto aos corredores regionais e áreas de livre comércio, como o IIRSA (confira na próxima matéria). Se em dado período histórico o objetivo era dividir para reinar, agora passou a ser integrar para subordinar todos a uma mesma política. Hoje, um dos objetivos prioritários é o controle dos recursos naturais. Um dos alvos o controle do território

da Amazônia, onde está concentrado 60% do estoque genético do planeta.

Referências

1. Consulta Popular. Imperialismo, o principal inimigo da humanidade, cartilha número 19, 2007.
2. Dierckxsens, Win. El movimiento social ante la crisis del capitalismo; América Latina hacia una alternativa, in Imperialismo, Resistencia y Nueva Izquierda. RR Editores, El Salvador.
3. Gennari, Emílio. Base de dados para análise de conjuntura de 2010.

Corporações e Economia

Transnacionais, nos anos 2000. 35% do PIB mundial.

- Representam um poder de 5, 35 trilhão de dólares.
- 1990. 100 grupos, responsáveis por um terço do Investimento Externo Direto (IED), 3,2 trilhões de dólares em ativos, com o comércio aumentando entre Europa, Japão e EUA (de 13 para 17%); UNCTNC
- Nos EUA, US\$ 1,9 trilhão, dívida das famílias e empresas (crédito ao consumidor, leasing)

Papel das corporações na economia mundial

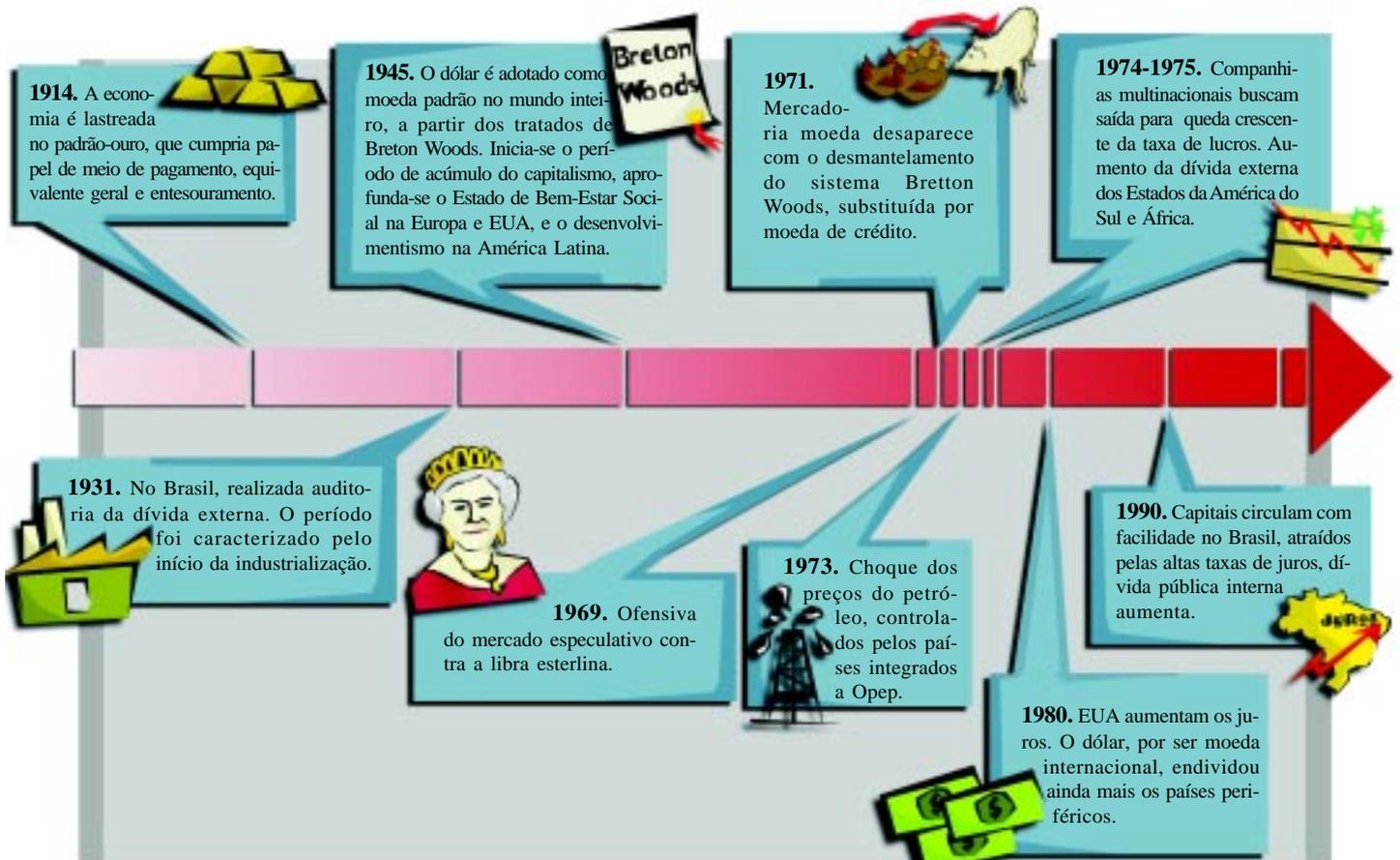
- 50 principais corporações hoje, 66% são de propriedade estadunidense;
- Entre as 20 maiores, 70% são de propriedade do país do Norte.

Participação das 200 maiores corporações no PIB mundial:

- 17% em 1965
- 35% no final dos anos 1990.

Fonte: UNCTAD, citado em Chesnais, Mundialização do capital, 1996
- PETRAS, James. DIERCKXSENS, Win, 2004 - PETRAS, James

Linha do Tempo



Fonte: Dierckxsens, Win. El movimiento social ante la crisis del capitalismo; América Latina hacia una alternativa, in Imperialismo, Resistencia y Nueva Izquierda. RR Editores, El Salvador.

Transnacionais brasileiras, a ponte entre a política ontem e hoje

De elaborador e gestor da política de privatizações no Brasil, o BNDES passa a financiar a política baseada na “exportação da natureza”, incentivo ao agronegócio e às transnacionais brasileiras que atuam noutros países, sempre às avessas do interesse das populações

A criação do Programa Nacional de Desestatização (PND - lei 8.031/90), em 1990, colocou a privatização na ponta-de-lança das reformas econômicas conduzidas pelos governos que se seguiram desde então. O PND concentrou esforços na venda de estatais produtivas, com a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e demais setores responsáveis pela indústria de base nacional. Na compra das estatais, a prioridade para o ajuste fiscal traduziu-se no uso das chamadas “moedas de privatização”, títulos representativos da dívida pública federal. Tal caracterização do PND pode ser encontrada no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição que, apesar de pública e de codinome social, foi a gestora do programa de privatização no Brasil.

Trata-se de um processo levado “ao limite da responsabilidade”, na famigerada afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao presidente do BNDES à época, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Nacionalmente, o processo de privatizações foi marcado por irregularidades, como esta: 95% do valor das estatais

foram pagos com “moedas pobres” e títulos desvalorizados. Hoje, as empresas desestatizadas, vinculadas ao capital financeiro, ao lado de grupos privados nacionais, recebem o financiamento do banco público e passam a uma forte ofensiva, expandindo-se noutros países. “No caso das grandes empresas estatais, a passagem do controle diretamente para grandes grupos econômicos nacionais e internacionais permitiu não só o aumento da presença do capital internacional no espaço econômico nacional, mas também que as empresas privatizadas sob controle da burguesia local ganhassem corpo e pudessem se lançar ao mercado internacional, na forma de multinacionais brasileiras”, descreve o economista Fábio Bueno, da organização Consulta Popular.

Se as remessas para o exterior foram um dos problemas nacionais enfrentados no período neoliberal, neste momento assistimos também ao movimento inverso, ou seja: a remessa de lucros das empresas brasileiras no exterior: ao todo, foram US\$ 641 milhões de remessas de empresas brasileiras no estrangeiro em 2005, número que aumentou para US\$ 928 milhões em 2006.

Responsável por 20% de todo o crédito disponibilizado no Brasil, o orçamento do BNDES em 2010 deve chegar a R\$ 166 bilhões, ou cinco vezes o orçamento da instituição verificado em 2003, primeiro ano do governo Lula. O dado confirma que o BNDES é, junto com o Banco Central e a Petrobras, um dos três vértices do tripé de poder econômico no Brasil hoje. No ciclo recente de crise econômica mundial, o BNDES financiou ações de empresas que de alguma forma se vinculam à própria crise. Nesse período, ele financiou fusões (casos da Oi com a Brasil Telecom) e aquisições (casos dos frigoríficos JBS e Friboi), além da compra da Aracruz pelo grupo Votorantim, quando já era pública a perda que a corporação de papel e celulose teve no mercado. Os principais grupos que recebem investimento estão em setores concentrados e voltados para a exportação: etanol, agronegócio, mineração, siderurgia e construção civil, com destaque para o grupo Odebrecht, atuante com uma vasta carteira de negócios em todo o continente latino-americano.

“Enquanto no Brasil a hegemonia dos grandes bancos e investidores financeiros locais e internacionais se

Senge-PR Comunicação



LUTA pela reestatização da Vale, privatizada com auxílio do BNDES

consolidava na década de 1990 pelas mãos de Collor e dos tucanos, o BNDES foi direcionado para tais interesses. Já na década de 2000, quando o governo petista empreende a ascensão da fração industrial que se internacionaliza à condição de hegemônica, sem tocar nas frações financeiras, o BNDES passa a atuar com força nos processos de concentração e centralização que envolvem a fração internacionalizada, organizando e incentivando todos os grandes processos de fusão e aquisição que presenciamos nos últimos anos. Portanto, na condição de instrumento de política econômica, o BNDES seguiu, segue e seguirá os ditames e interesses de quem comanda a política e a economia no capitalismo dependente brasileiro”, explica Bueno.

De onde vêm os recursos do BNDES?

Desde 1999, observa-se um aumento constante a taxas crescentes no orçamento do BNDES, que recebe de basicamente quatro fontes os recursos que emprega:

- O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), responsável por cerca de 50% do orçamento do Banco;
- Retorno dos empréstimos;
- Aportes conseguidos junto ao mercado internacional;
- Empréstimos do Tesouro Nacional.

Orçamento do BNDES

Ano	1999	2000	2001	2002	2003*	2004*	2005*	2006*	2007*	2008*
De-	18	23	25.2	37.4	33.5	39.8	47	51.3	65	90.9

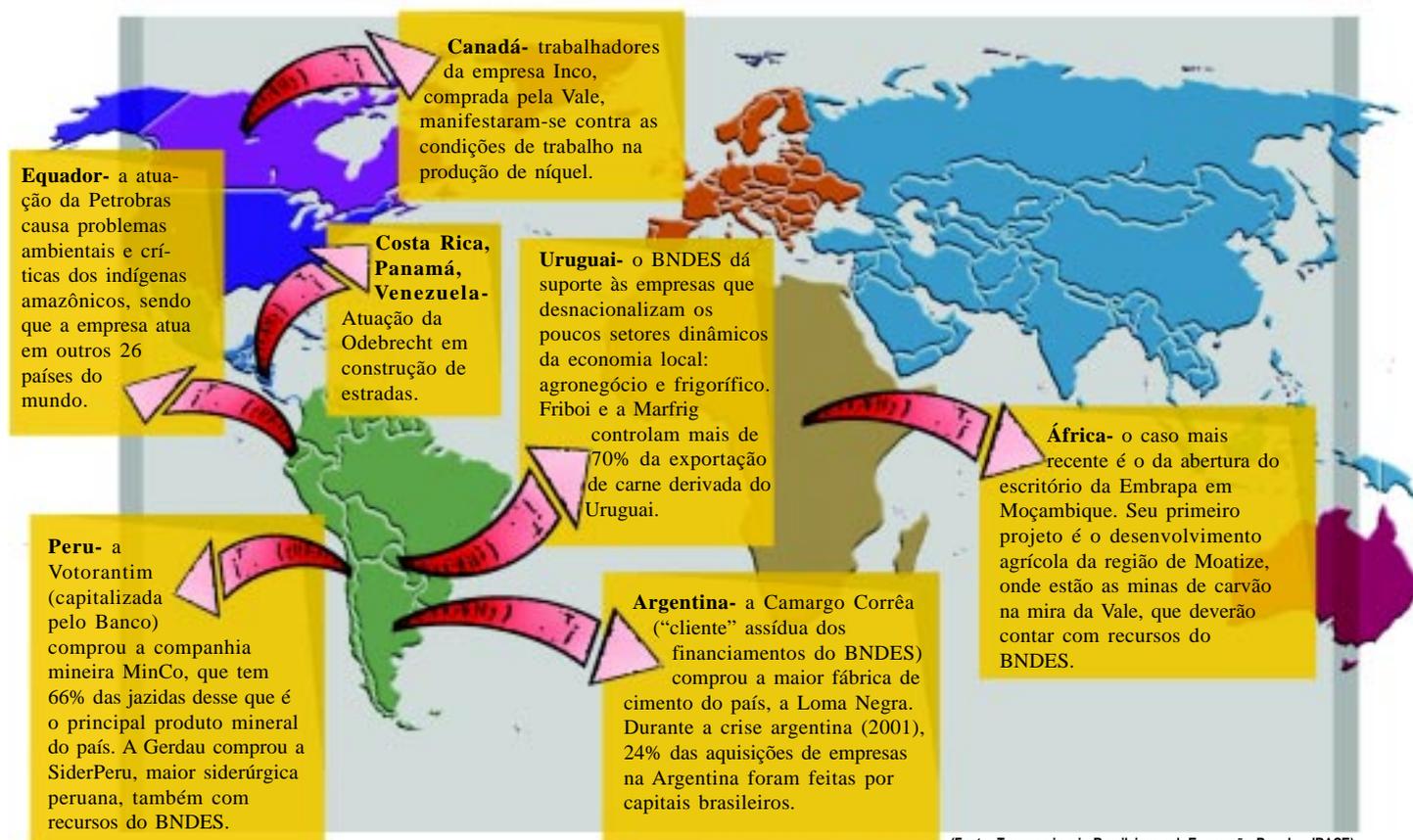
(valor em bilhões de reais) - Fonte: BNDES

Histórico

O BNDES surgiu em 1952, para financiar o Modelo de Substituição de Importações (MSI). Com a ditadura de 1964, torna-se o principal canal de importação de novas formas de gestão estatal, que àquela época apontavam a retirada do Estado da economia. O BNDES estabeleceu conexões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, apresenta tamanho semelhante aos dois.

Na década de 1980, uma série de empresas brasileiras se lançava no mercado internacional, estabelecendo depósitos, subsidiárias, etc. O banco público passa a financiar corredores de livre comércio e integração, como forma de intensificar a exploração econômica em outros países. O BNDES desenvolve os primeiros estudos que em 2000 resultariam no lançamento da Iniciativa de Integração da Infraestrutura da Região Sulamericana (IIRSA), que consiste na construção de uma infraestrutura de comunicações, transportes e geração de energia que constitua um dinâmico sistema circulatório que permitia enlaçar as economias regionais ao mercado mundial.

Quadro das crises brasileiras no mundo



(Fonte: Transnacionais Brasileiras, ed. Expressão Popular; IBASE)

Companhia Vale, uma relação íntima

A privatização dos setores ligados à infra-estrutura aprofunda o vínculo das unidades de produção no Brasil com a expansão sobre mercados de outras nações. Nesta lógica se equilibra a relação do BNDES com a mineradora Vale (nome comercial da Companhia Vale do Rio Doce) e com outras transnacionais brasileiras. “Junto com outros grandes grupos privados, a Vale integra o seleto círculo de empresas cujos projetos estão previamente bem avaliados pelo Banco e que, assim, têm trâmite de liberação de recursos acelerado. O BNDES a vê como uma companhia de boa saúde financeira e pré-aprova seus projetos, independentemente de suas características específicas”, descreve Carlos Tautz, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Uma relação sem divulgação às claras, como denunciam os movimentos sociais, articulados na “Plataforma BNDES” (veja abaixo), a Vale é um dos principais clientes do mesmo banco que gerenciou a privatização da companhia, dentro do Programa Nacional de Desestatização (PND). “Nos relatórios de desempenho operacional do Banco, os empréstimos para a construção de sistemas de transporte ferroviário da mineradora são estrategicamente localizados em rubricas gerais de ‘infra-estrutura’, para não deixar claro que a operação favorece determinado grupo e que este utiliza essas vias não para transporte público, mas exclusivamente dentro de sua própria estratégia de logística”, de acordo com análise do Ibase.



VALE: prejuízos internos e expansão a outros países

Subavaliação das riquezas minerais

Em 1997, o governo deixa de ser o acionista majoritário da Vale e o consórcio Valepar arrebata 52,3% das ações. O consórcio conta com a participação do banco Bradesco. A participação do banco privado no leilão da Vale é questionada em mais de 100 ações populares, uma vez que o Bradesco foi ao mesmo tempo avaliador e investidor do leilão.

A realidade é que, como avaliador, o Bradesco já havia sido um fracasso. A Vale é a companhia síntese da subavaliação que marcou a privatização das empresas brasileiras. Quando foi leiloada e arrebataada pelo valor de R\$ 3,3 bilhões, desconsiderou-se uma estrutura complexa, um capital constante formatado ao longo de 53 anos, o que significa: ferrovias com 9 mil quilômetros de extensão e dois sistemas completos de mina-ferrovia-porto. Uma grande gama de minerais foi subavaliada, tais como as reservas brasileiras de titânio (72% das jazidas mundiais), além de calcário, dolomito, fosfato, estanho, cassiterita, granito, zinco, grafita, nada disto foi tomado em conta pelo leilão. Reservas de quartzo, matéria-prima da indústria de fibras óticas, e nióbio (85% das reservas mundiais), matéria-prima para a indústria aeroespacial, encontram-se nas jazidas da Vale e não foram tomadas em conta.

Plataforma BNDES e crítica aos mega-projetos

No dia 25 de novembro, os movimentos sociais e organizações não-governamentais do Brasil, Equador e Bolívia, reunidos no I Encontro Sul-americano das populações impactadas por projetos financiados pelo BNDES, elaboraram uma carta de repúdio ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil.

Trata-se de um esforço de articulação dos povos afetados pelos mega-projetos destinados às obras de infra-estrutura que privilegiam empreendimentos de agrocombustíveis, pecuária, eucalipto e extração mineral, fontes de sérios impactos sócio-ambientais.

“Parece uma iniciativa com forte potencial de politização das organizações e populações em suas lutas específicas e convergência em lutas mais generalizantes. Podemos encarar o I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale como um desdobramento dessa sensibilização dos movimentos e organizações de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, enfim, trabalhadores e trabalhadoras em torno do questionamento do atual modelo de desenvolvimento”, comenta o advogado Danilo Uler, da Plataforma brasileira de direitos humanos econômicos sociais e ambientais (DHESCA).

*Informações desta reportagem baseadas no livro Empresas transnacionais brasileiras na América Latina, um debate necessário, Editora Expressão Popular; e no Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas (Ibase)

A infraestrutura fragmentada em interesses particulares

As ferrovias são o exemplo mais gritante do mau aproveitamento que o período neoliberal fez da infraestrutura e da capacidade produtiva do país. O atual modelo retira das ferrovias a dinâmica de transporte de passageiros e cargas.

Saulo de Tarso, engenheiro civil, trabalhou durante 28 anos na Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Antes dele, seu pai havia trabalhado durante 39 anos. Duas trajetórias diferentes, apesar de a companhia ser a mesma. O pai de Tarso vivenciou o modelo de desenvolvimento estatal, entre os anos de 1950 e 1970. Viu o país passar de uma população de 90 milhões pessoas, quando 57% da população vivia nas cidades, para um cenário que hoje se aprofunda. Pelo censo de 1991, 75% da população reside em áreas urbanas. De maneira contínua, de acordo com Saulo de Tarso, a demanda do país por infra-estrutura aumentou, assim como a necessidade de investimentos em educação, saúde e outros serviços.

Entre 1938 e 1980, a produção industrial foi multiplicada 27 vezes. Os governos, diante deste cenário, precisaram investir em rodovias, portos, ferrovias, energia. “O desenvolvimento era focado em estatais, com bancos de fomento em infra-estrutura, o que gerou grande dívida externa, entre 1970 e 1980, um endividamento brutal do Estado”, analisa Tarso. O endividamento externo corresponde a 54 bilhões de dólares em 1979, ao passo que, em 1973, eram

12 bilhões de dólares.

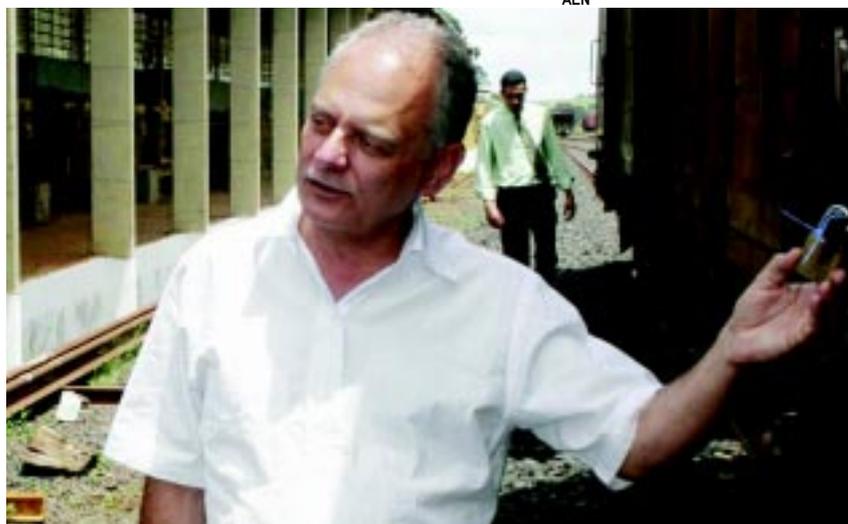
Tarso relata que assistiu a RFFSA desmontada durante a década de 1990, devido a erros de investimento (veja mais na entrevista abaixo). O engenheiro civil contesta o debate hegemônico de que a privatização nos setores estratégicos da economia e infraestrutura garantiu a entrada de novas tecnologias no país, além do que as empresas teriam atingido a eficiência apenas a partir das privatizações. Para ele, esta tese não confere. “Hoje temos uma demanda que há quinze anos atrás não existia. Que se registre que o Brasil se abriu para o mercado mundial desde 1993, com mudanças como a banda larga, por exemplo. Não é a privatização a mãe deste desenvolvimento, a mãe disto chama-se tecnologia computacional, que se desmistifique este santo de barro da privatização”, coloca.

Na contramão do interesse público

“Se estivermos preocupados com o futuro do planeta, hoje temos que pensar na matriz de transporte, isto porque interfere diretamente na matriz energética que queremos para o nosso país”, afirma o engenheiro civil e diretor do Senge-PR, Paulo Sidnei Ferraz. As ferrovias e rodovias brasileiras estão cada vez

AEN

“Desde o final dos anos 60, o governo frequentemente usou as estatais para ‘segurar’ a inflação ou beneficiar certos setores da economia, geralmente por serem considerados ‘estratégicos’ para o país. Como assim? Houve períodos em que o governo evitou reajustes de preços e tarifas de produtos (como o aço) e serviços fornecidos pelas estatais, na tentativa de reduzir as pressões e controlar as taxas de inflação. Esses ‘achatamentos’ e ‘congelamentos’ foram os principais responsáveis por prejuízos ou baixos lucros apresentados por algumas estatais, que passavam a acumular dívidas ao longo dos anos – sofrendo então nova ‘sangria’, representada pelos juros que tinham de pagar sobre essas dívidas. Certo ou errado, as estatais foram usadas como arma contra a inflação por governos que achavam que o combate à carestia era a principal prioridade do país”, Aloysio Biondi, economista, autor de *O Brasil privatizado*.



SAULO: Com ou sem neoliberalismo, Brasil avançaria tecnologicamente

mais precárias e avessas ao interesse público, devido ao monopólio do transporte de cargas por terra, concentrado em quatro concessionárias apenas. Esta é a principal crítica do engenheiro civil Paulo Sidnei Ferraz, quem denuncia a situação de abandono da malha ferroviária brasileira e ao mesmo tempo questiona os argumentos abstratos à época dos leilões de privatização do setor. De acordo com ele, a partir do financiamento do BNDES, as concessionárias não se endividaram, ainda assim, eliminaram o transporte de passageiros e aportaram tecnologia sucateada para o setor.

Na conjuntura atual, o debate sobre a matriz de transporte é quase um sinônimo de pensamento estratégico voltado para questão ambiental e energética: “O segmento de transporte consome 30% da energia do Brasil, e as rodovias queimam 90% do combustível usado no transporte. Se atacarmos esta alteração da matriz de transporte, aumentando a participação de modais menos poluidores, teremos uma matriz energética melhor. É uma consequência”, opina. Confira abaixo a entrevista de Paulo Sidnei a *Reflexos da Privatização*

Como se deu o processo de privatização e o desmantelamento da malha ferroviária nacional?

Temos que começar por uma situação que é lógica: a matriz de transporte brasileira é errada, onde o rodoviário é privilegiado, mas assumiu este papel porque a ferrovia nunca recebeu os investimentos necessários, muito menos depois da privatização. Mesmo assim, depois que foi criada a RFFSA, veio a evolução da padronização e da modernização ferroviária no Brasil. Com isso, houve um crescimento em ritmo razoável da produção e de clientes. Mas aí, este foi o discurso do BNDES nos anos 1980: ‘A salvação do Brasil na infra-estrutura de transportes estava nas mãos do capital privado’. O BNDES dizia o seguinte: privatizamos e o capital privado aportaria recursos ‘próprios’ que reduziriam custos e ampliariam a oferta de transporte. A oferta de transportes ampliada reduziria os fretes, assim o Brasil sairia ganhando, porque viabilizaria as exportações de maneira mais competitiva, reduzindo custos de transporte também na distribuição de produtos internamente. Este era o discurso do BNDES. E o que aconteceu? O capital privado entrou e não colocou

dinheiro, usou dinheiro do BNDES e não fez os investimentos onde era preciso, então a equação não funcionou. A forma de privatização era para ser paga em trinta anos, não precisava de grande capital e acabaram contando com o apoio do BNDES. Lamentavelmente, no Paraná, não houve visão empresarial das cooperativas agrícolas, porque nas condições oferecidas pelo governo FHC, elas podiam ter entrado no negócio e se tornarem donas da operação ferroviária.

Que tipo de mercadoria é transportada pela malha ferroviária no Brasil?

O principal produto é o minério. Na verdade, a implantação das ferrovias no Brasil não teve uma visão de resolver o problema de desenvolvimento no país. Foi um projeto de exploração de nossas riquezas, via portos. Minério, madeira, projetos com subsídios: onde o empreendedor ganhava até para trazer mão-de-obra de fora, além do direito de explorar as matas desbravadas. Continuamos levando por ferrovias matérias primas para o exterior, agora sem um controle do que são transportados nos vagões, já que as cargas nos trens não encontram fiscalização no seu caminho.

O BNDES foi protagonista na privatização e na atual condição da modernização do sistema de transportes nacional?

Depois de privatizado o sistema ferroviário, o banco ajudou como nunca fez quando a empresa ferroviária era pública. Tem sido o maior aliado das concessionárias neste processo. Locomotivas velhas foram trazidas por essas empresas com recursos do BNDES. O banco, na época, dizia que haveria modernização do sistema ferroviário. Vejo duas modernizações, dois equipamentos introduzidos na ferrovia, desconhecidos antes da privatização: primeiro o telefone celular, mas é uma tecnologia popular e não específica, para a ferrovia. E o segundo é o computador de bordo com GPS, que qualquer carro hoje pode ter. Todo o resto já existia, em uso ou em teste, essa foi a ‘grande modernização’. As linhas regrediram. A velocidade média dos trens está em queda, pela manutenção inadequada. Enfim, nosso BNDES, ‘banco de desenvolvimento social’, financiou demissões e o sucateamento do patrimônio das ferrovias.

A malha ferroviária reduziu-se a partir da implantação do modelo neoliberal? E a frota de máquinas foi modernizada?

Antes da privatização, em 1996, tínhamos 30 mil quilômetros de ferrovia, em condições de operação. Treze anos depois, chegamos a 40% das linhas sem tráfego de trens regulares. As primeiras locomotivas novas só agora começam a ser fabricadas no Brasil e incorporadas, até então as concessionárias importavam material velho e falavam em modernização. Eram locomotivas velhas, com mais de 25 anos, compradas no exterior, a preço de ferro-velho, e trazidas para o Brasil para serem depenadas. Em vez da modernização, a idade média do material rodante aumentou, o que não é modernização. As últimas locomotivas importadas no Brasil datam dos anos 1980, faziam uma média de 25 anos no momento da privatização. Sobe a média, quando se incorpora elementos mais velhos, então houve, ao contrário, um envelhecimento do parque de locomotivas. Apesar do discurso de modernização, trouxeram sucatas e limpam pátios do mundo. As concessionárias não entraram nesse negócio pensando em cumprir a função de concessão pública, elas entraram na realidade para explorar, não só otimizando a estrutura pública já existente

das ferrovias, mas inclusive para alavancar dinheiro de operações financeiras no Brasil e no exterior. Concessão ferroviária é alavanca para investimentos externos. Isso dá um salto quando agrega caminhões transformando-se em empresa de logística. Acaba de ser criado um monopólio privado! Em contrapartida, multiplica a capacidade de receber mais dinheiro. Se o tamanho da malha reduziu e a velocidade dos trens diminuiu, o sistema ferroviário perdeu capacidade e consequentemente valerá menos no fim da concessão. Quem será responsabilizado pelo prejuízo causado ao país?

Se o tamanho da malha reduziu e a velocidade dos trens diminuiu, o sistema ferroviário perdeu capacidade e consequentemente valerá menos no fim da concessão. Quem será responsabilizado pelo prejuízo causado ao país?

Quais empresas hoje em dia controlam o setor e os resultados apresentados?

Estamos limitados a quatro empresas: três grupos privados, são eles a Vale, MRS Logística SA, ALL, e uma única pública que é a Ferroeste, no Paraná, que opera

250 km quilômetros de estrada de ferro. Os resultados numéricos anunciados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelas concessionárias para mostrar o sucesso da privatização são totalmente contraditórios com uma simples inspeção visual de qualquer leigo, motivo pelos quais os dados oficiais devem ser recebidos com suspeitas. Existem várias distorções ao longo do processo. Por exemplo, não é justo querer mostrar que hoje o sistema é melhor, porque a ALL,

AEN



O CAPITAL privado entrou e não fez os investimentos onde era preciso, o que gerou acidentes e sucateamento da malha ferroviária.

além da malha sul, pegou um trecho de São Paulo e incorporou mais linhas, vagões e locomotivas. Comparar com o que tinha antes mostra que cresceu o faturamento, mas está se comparando sistemas diferentes. Além de incorporar novos trechos e frotas, também há a questão de que, quando passou a ser uma empresa de logística, o rodoviário não foi separado do ferroviário. Então a ALL divulga os resultados da produção sem dizer o quanto se refere à parte transportada por vagões e por caminhões separadamente.

Como se dava a concorrência nos tempos da RFFSA e atualmente entre os modais?

Havia competição entre o ferroviário e rodoviário. A RFFSA tinha uma tabela de fretes e o caminhão em cima da linha dava descontos para disputar as cargas. Depois da privatização, o mercado dos fretes de transportes disparou. Aquele discurso do BNDES que haveria redução dos fretes foi balela! O frete ferroviário dos combustíveis claros aumentou mais de 150%. A América Latina Logística (ALL) incorporou o rodoviário, com frota de três mil carretas, criou um império de transportes, se você não transportar por trem, vai cair também nas mãos dela. Chegou a incorporar o preço dos pedágios rodoviários do Paraná na tabela de fretes ferroviários, numa afronta às autoridades desse país.

Depois da privatização, o mercado dos fretes de transportes disparou. Aquele discurso do BNDES que haveria redução dos fretes foi balela! O frete ferroviário dos combustíveis claros aumentou mais de 150%.

Como está a conjuntura em relação a acidentes e qual é o posicionamento das concessionárias?

Os números divulgados são oferecidos pelo próprio operador. Como tem a meta de reduzir acidentes, fica nas mãos deles manipular as informações, mas, apesar dessa condição absurda, até agora não conseguiram esconder a gravidade dos acidentes – os de grande repercussão caem na imprensa e fica difícil deixar de colocar na planilha, então esses entram nas estatísticas. Acidentes de gravidade 'A' são elevadíssimos. Mais de 40% de acidentes da ALL no relatório da ANTT são de gravidade 'A', com vítimas. Descarrilamentos em pátios de manobras e terminais não contam mais depois da privatização, uma denúncia empurrada para debaixo do tapete pelos órgãos do governo. Mudaram totalmente o conceito de acidente ferroviário para beneficiar as concessionárias no cumprimento de metas. Abalroamento de veículos em passagens em nível e também atropelamentos deixam de ser contabilizados nas estatísticas.

A privatização influenciou a eliminação dos trens de passageiros?

Antes da privatização, houve um preparo. Foram eliminados todos os subsídios para trens de passageiros, recursos que faziam com que a RFFSA mantivesse os serviços, mesmo economicamente deficientes, mas de interesse estratégico ou social. Então, para manter a passagem barata, a RFFSA contava com recursos do orçamento federal para trens de passageiros e manutenção do tráfego em trechos de baixa densidade de cargas. Os trens que sobraram foram inviabilizados pelas concessionárias, caso do trem Rio de Janeiro - São Paulo, que continuou circulando após a privatização, até parar de vez. O famoso trem Curitiba/Paranaguá resiste ainda a essa pressão. De Morretes a Paranaguá, o tempo de circulação, que era de 50 minutos quando operado pela RFFSA, hoje chega a até duas horas, limitado pela má condição da linha. Eles deveriam ter prioridade na circulação, com respaldo legal, mas



PAULO: frete ferroviário dos combustíveis claros subiu mais de 150%

como o trem de passageiros é um concorrente dos trens de carga na linha, e a receita do trem de passageiros não ia para os concessionários, eles começaram a criar obstáculos e a atrasar as viagens. Tanto que acabou com o público alvo, que eram os executivos. Trem de passageiro pode ser um limitador do lucro em trechos de alta densidade de tráfego, mas os contratos de concessão já previam a circulação de dois pares de trens de passageiros/dia em cada sentido. O governo federal tem um programa de reativação de trens de passageiros regionais, dentre eles Londrina/Maringá, e vem autorizando a operação de trens turísticos/culturais em alguns ramais pouco usados pelas concessionárias.

A matriz do sistema de transportes tem consequências diretas no tema da soberania energética?

Sim. Se estivermos preocupados com o futuro do planeta, hoje temos que pensar na matriz de transporte, isto porque interfere diretamente na matriz energética que queremos para o nosso país. O segmento de transporte consome 30% da energia do Brasil, e as rodovias queimam 90% do combustível usado no transporte. Se nós atacarmos esta alteração da matriz de transporte, aumentando a participação de modais menos poluidores, teremos uma matriz energética melhor. É uma consequência. Outra questão importante no impacto ambiental é que a implantação de uma ferrovia precisa de uma faixa de doze metros. Uma rodovia com a mesma capacidade de escoamento precisa de uma faixa de 47 metros, e a rodovia ainda tem um desmatamento maior causado pelo comércio ao longo das rodovias e novas habitações. Os 47 metros se transformam na prática em 150 metros de devastação. Contrariando a lógica, no Brasil, o clamor para priorizar os modais aquáticos e ferroviários esbarra em interesses de segmentos econômicos concorrentes e até de interesses externos. O que está acontecendo com as rodovias é que estamos criando “trens sobre rodas”. Começamos com caminhão, depois caminhão com reboque e agora o “treminhão”, no qual cada carreta é uma locomotiva com três vagões de nove eixos e até 60 toneladas. Nossas pontes foram calculadas na década de 1960 e 1970 para cargas de até 45 toneladas, mas o caminhão já passou por 60. E aí? Naquela época não existia tanta tecnologia e os cálculos estruturais eram ainda rústicos, então sempre se dava uma margem de segurança grande. E quando você coloca a carga superior ao que foi calculada qualquer leigo pode imaginar o que um dia vai acontecer.

Como está hoje o processo da Ferroeste, há uma reversão da privatização?

A venda, há 15 anos atrás, pelo governo do Estado do Paraná do direito de operar a Ferroeste – antes da privatização da malha sul – da RFFSA criou um embrulho, pois o grupo empresarial que ganhou a concessão naquele trecho oeste não levou o restante de linhas fundamentais para acesso aos Portos e outros destinos. Se a concessionária ALL, arrematante da malha sul, capitaneada pelo Grupo Garantia, tinha demanda reprimida, ou seja, mais oferta de cargas do que consegue transportar, optou por priorizar os fluxos de maior rentabilidade, dentre os quais não se enquadram os com origem/destino nas linhas da Ferroeste. A ALL entrou para sócia da concessão estadual. Mas na hora de colocar a mão no bolso para comprar locomotivas e vagões, não se acertaram. A operadora Ferropar tornou-se inadimplente e então o governador Requião retomou judicialmente a concessão, reestatizando a empresa ferroviária do Paraná, que passou a ser a única operadora pública de trens de cargas no Brasil. Esse novo cenário nos transportes do PR recebeu apoio das cooperativas, de diversos segmentos produtivos, das entidades de classe, surgindo como uma esperança de alternativa pública de transporte ferroviário. O projeto de expansão da malha da Ferroeste, com 1200 km de novas linhas ligando MS, PR, SC, RS, e ramal para o Paraguai, despertou o interesse de todos os governadores da região sul daí surgindo a idéia de criação de uma empresa, a Ferrosul, com participação acionária desses estados. A audaciosa proposta acabou sensibilizando o Governo Federal, que incluiu esse projeto nos planos de expansão do sistema ferroviário nacional.

AEN



INADIMPLENTE, Ferropar é reestatizada pelo Governo

Neoliberalismo e desemprego

O mundo do trabalho pagou caro o efeito das privatizações e da aplicação do modelo neoliberal. No auge da década de 1990, derrotadas as forças populares na Europa, na América Latina e no Brasil, direitos históricos foram retirados dos trabalhadores, tanto nos setores público como também no privado.

Os salários, que entre 1970-79 representavam entre 50,3 a 52% do PIB, estavam reduzidos em 1988 a 38,5% (Dieese). Ao congelar o salário mínimo de CR\$ 42 mil, com uma inflação de 25% ao mês, o governo Collor provocou o maior e mais perverso arrocho salarial (extensivo às aposentadorias e pensões) da história (1).

Entre 1979 e 1989, o setor público no Brasil apresentou um crescimento do número de empregos no seu conjunto. Mas este cenário sofre um revés a partir da década de 1990, como defende o economista da Unicamp, Marcio Pochmann, em artigo intitulado “Revisão do papel do Estado, privatização e emprego no Brasil”. No espaço de uma década, o volume direto de empregos no conjunto do setor estatal aumentou em 229 mil novos postos de trabalho formais, porém mais tarde a revisão do papel do Estado na economia causa uma diminuição estimada de 546 mil postos diretos de trabalho, o que configura 43% dos postos de trabalho nas ex-estatais privatizadas.

O desemprego no período neoliberal apresenta uma configuração estável e estrutural, com participação de força de trabalho qualificada, de acordo com o economista Venâncio de Oliveira. “Segundo dados do DIEESE, o desemprego na região metropolitana de São Paulo apresentou uma taxa de 13,2% em 1995 e 19% em 2002, enquanto no Distrito Federal esta taxa apresentou 15,4% em 1995 e 20,7% em 2002. Observa-se, portanto, tendência de crescimento nas duas regiões metropolitanas durante o governo FHC”, comenta (confira a tabela abaixo).

A relação entre neoliberalismo e mundo do trabalho foi marcada pela flexibilização do trabalho, achatamento dos salários e desemprego permanente, segundo o economista. Há, ainda, uma reestruturação que descentraliza os trabalhadores, permite a retirada de setores do espaço da fábrica para outros locais de trabalho, aumentando os contratos precários e terceirizados, o que pode ser verificado nos setores de bancários e metalúrgicos. Ademais, hoje, no Brasil, 30% dos trabalhadores no espaço da empresa são vítimas da rotatividade no emprego.

No Paraná

Nas estatais paranaenses, o efeito do neoliberalismo foi sensível. Tentativas de privatização abriram caminhos, pela via dos fatos, para a precarização das condições de trabalho (leia no artigo do diretor-secretário do Senge-PR, Ulisses Kaniak na página 23). A Copel é um exemplo disso, durante o governo Jaime Lerner (1995-2002), quando a companhia estatal é dividida em cinco subsidiárias, mesmo que tenha mantido a centralidade do controle acionário por parte do Estado. De acordo com a advogada do Senge-PR, Giani Cristina Amorim, o quadro funcional foi reduzido de 9 mil para 5 mil funcionários, parte das atividades foram terceirizadas, uma situação iniciada pelo Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica (LAC), da empresa em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que se transformou numa OSCIP, chamada Lactec.

Referência

1. Paulo Schilling. Mercosul, integração ou dominação?

Taxa de desemprego (%): regiões metropolitanas do Brasil, 1995 - 2002

Ano	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Distrito Federal
1995	13,2	10,7	-	-	-	15,4
1996	15,1	13,1	12,7	-	-	16,7
1997	16	13,4	13,4	21,6	-	18,4
1998	18,2	15,9	15,9	24,9	21,6	19,7
1999	19,3	19	17,9	27,7	22,1	22,1
2000	17,6	16,6	17,8	26,6	20,7	20,2
2001	17,6	14,9	18,3	27,5	21,1	20,5
2002	19	15,3	18,1	27,3	20,3	20,7

Fonte: Dieese/Seade-PED - Pesquisa de emprego e desemprego. Elaboração própria, médias calculadas pelo Dieese

Precarização do trabalho

O diretor do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Ulisses Kaniak, engenheiro eletrônico da Copel, faz uma análise realista sobre o processo de privatizações e suas consequências cruéis no mundo do trabalho, marcadas por terceirizações e demissões.

A interferência das privatizações no mundo do trabalho é assunto que merece um estudo aprofundado, muito além das observações que faremos aqui. Porém, sem muita pretensão, quero “levantar a lebre” sobre o tema ao compartilhar com o leitor parte de minha experiência no setor elétrico e da convivência com trabalhadores de outros setores que ao longo dos anos têm repassado algumas atrocidades cometidas pelas concessionárias, sob as barbas do Poder Instituído – leia-se Agências Reguladoras.

Vou fazê-lo genericamente, deixando para o rodapé exemplos práticos e bem conhecidos por aqueles que vivenciaram as situações.

Tudo começa no período que antecede a negociação. E não me vem nome melhor, para o que ocorre, do que Lavagem Cerebral. A direção da empresa estatal, devidamente escolhida para seguir a cartilha neoliberal, corta todos os investimentos e institui que “não há como sobreviver no mercado, sem ter a liberdade da iniciativa privada”. É claro, escorada por um corpo gerencial já catequizado, que promove o treinamento de todo o quadro profissional para prepará-lo ao “Desafio da Mudança” (1). Para com-

pletar, o canto da sereia, incluído nos editais de concorrência: cada trabalhador terá direito a comprar uma parte das ações, com deságio de XX%, podendo revender depois a preço de mercado (2). Fácil assim. Na verdade, B.O. (“bom pra otário”): na média, só um terço dos trabalhadores sobrevive no emprego após a privatização. E não há caso conhecido de que o ganho com as ações vendidas seja suficiente para compensar meses ou anos de desemprego e suas consequências na vida das pessoas.

Uma vez “convencidas” a sociedade e a força de trabalho, é feita a venda. E então o novo dono privado mostra a que veio. Nos primeiros meses, aplica suas técnicas mais apuradas de re-engenharia para promover demissões e corte de benefícios. Como um passe de tenebrosa mágica, subtrai-se do trabalhador direitos, empregos e até a casa onde sempre morou (3).

Mas e os sindicatos, onde ficam nisso tudo? Bem, muitos deles ficam no bolso do patrão. É claro que, já na primeira leva, demitem-se todos aqueles que algum dia tenham dito um “a” contra a administração da empresa, ou que apenas exerçam influência ideológica sobre seus pares. Normalmente, esses são os sindicalizados. E, se forem da direção sindical, paga-se os direitos e pronto. Desta forma, pode-se enfraquecer o poder dos sindicatos, inclusive a ponto de montar chapas financiadas pelo novo empregador e “ganhá-los” (4).

Devidamente instalado o mundo privado dentro da concessão pública, a “coisa” então segue um ritmo cadenciado. A força de trabalho, totalmente desfigurada, passa a conviver num ambiente amargamente competitivo, em que a cabeça de todos está sempre a prêmio. E qual delas é a próxima a ser cortada depende da competência dos indivíduos. Esta pressão constante e o ritmo de trabalho (horas extras excessivas e muitas vezes não pagas) fazem deteriorar a saúde física e mental e até a relação familiar do trabalhador.

Basicamente, “a necessidade de reduzir custos” é pretexto para qualquer barbaridade. Em especial, para a terceirização, inclusive de serviços ligados à atividade-fim do contrato de concessão. Terceiriza-se até a sindicalização, pois os terceiros são representados por entidades ligadas a outros setores produtivos, e os acidentes de trabalho, que passam a constar em estatísticas inapropriadas (5).

Senge-PR Comunicação



ULISSES: privatizações precarizaram condições de trabalho

Mas o poder público e as agências, o que fazem? Até agora, têm feito o jogo das privadas. Impedem estatais de participar de novos leilões de outras estatais (6), impedem estatais de conseguir financiamentos (7), impedem estatais de conseguir novas concessões (8).

Pior: os regulamentos genéricos das concessões são baseados no funcionamento de empresas privadas com baixo custeio próprio e alto índice de terceirização (9). Assim, o reflexo ocorre igualmente nas empresas não privatizadas. Ou seja, estas têm o direito às benesses das outras vedado, mas os problemas trabalhistas gerados pelas outras socializados. Por isso, tal qual aquelas, terceirizam e precarizam seus serviços – tudo em nome da modicidade tarifária.

Essa precarização generalizada elevou em muito o número de acidentes de trabalho com vítimas – vide quadro (10). Mas a única cobrança do poder concedente é que a concessionária apresente dados sobre acidentes de trabalho (11). De tudo isso, pode-se chegar à seguinte conclusão: a privatização é causa da morte e invalidez de trabalhadores no Brasil. Não é brincadeira. É uma questão que a sociedade e seus representantes nos Poderes devem avaliar seriamente.

Enquanto não se reverter politicamente, no Legislativo e Executivo, este quadro funesto pintado há quase duas décadas pela “privataria” desenfreada, a luz que se espera ver no fim do túnel pode ser acendida pelo Judiciário. A Justiça do Trabalho tem manifestado, em algumas sentenças, decisões contrárias às demissões em massa (12) e às terceirizações de atividades-fim de contratos de concessão (13). Cabe a nós, representantes de trabalhadores, conhecer e divulgar esses dados e promover a discussão ampla com a sociedade para que se possa impedir a repetição dos erros e quem sabe, num futuro não muito distante, revogar concessões espúrias.

Referência

1 Nome literal de um curso que ao menos a Copel “ofertou” a seus empregados no final da década de 90.

2 Conforme Lei das Privatizações, 9491/97, art. 29.

3 A RFFSA cedia casas, isoladas ou em vilas, a muitas famílias de trabalhadores que faziam a manutenção das linhas. De um momento para outro, as concessionárias privadas praticamente as expulsaram.

4 Melhor não exemplificar, por aqui, para evitar acusações de calúnia e difamação por algo que é de conhecimento popular. Basta ver como se comportam alguns sindicatos em alguns setores.

5 De acordo com estudo do Dieese, intitulado “Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro”, o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho produzido pelos ministérios da previdência e do trabalho identifica um eletricitista que trabalha em empreiteira terceirizada como setor de Constru-

Curiosamente, em dados da Fundação Coge, instituição criada e gerida pelas empresas do setor elétrico, tal discrepância não acontece.

6 No leilão da CTEEP – Transmissão Paulista – em 2006, a Copel foi impedida de participar.

7 Conforme Lei das Privatizações, 9491/97, art. 27, inc. III.

8 A Anatel demorou anos para permitir a oferta de banda larga pela rede elétrica, interesse de estatais do setor elétrico como a Copel.

9 As chamadas “empresas de referência” do setor elétrico.

10 Outro exemplo de precarização com risco à vida reside no setor ferroviário, que passou a adotar a monocondução e deixar seus maquinistas sozinhos, sem chance de socorro em caso de mal súbito, além do risco de um trem à deriva em regiões habitadas.

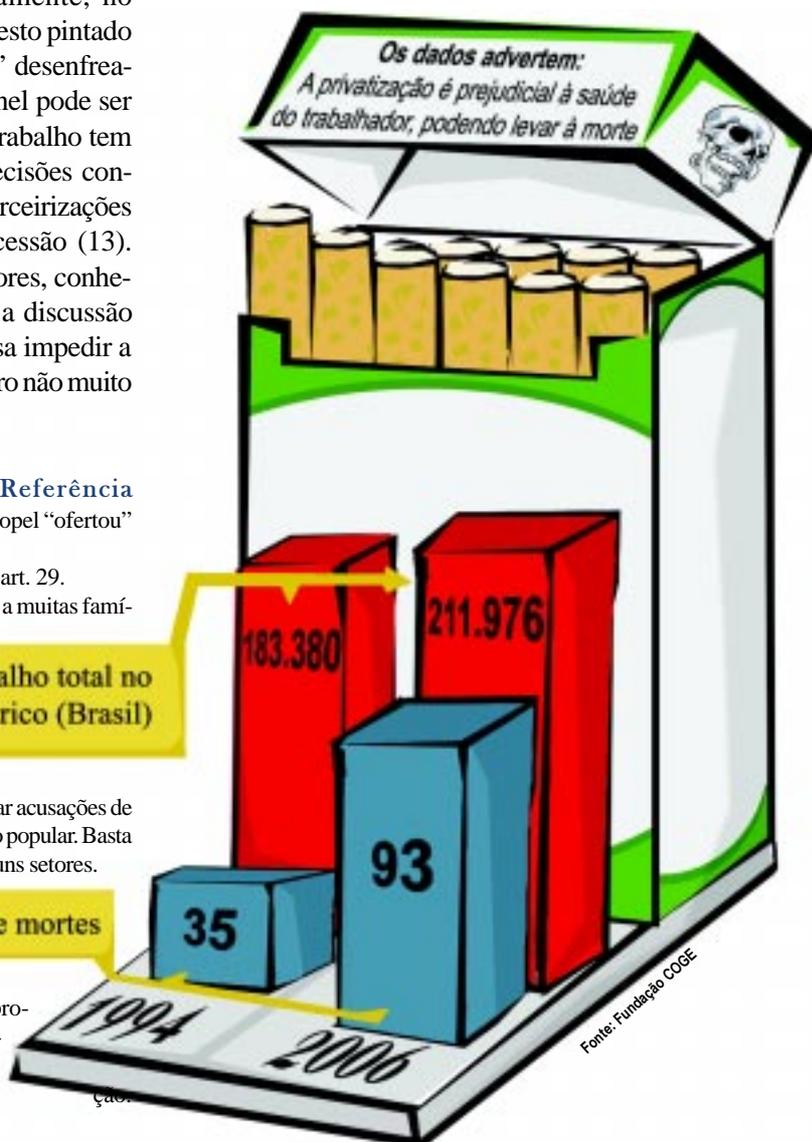
11 Do contrato de concessão da Aneel com as distribuidoras do setor elétrico: ... A Concessionária deverá manter acompanhamento dos seguintes indicadores de segurança de trabalho e de suas instalações... Estas informações servirão apenas como indicadores do grau de excelência dos serviços prestados, não implicando em qualquer tipo de penalidade à Concessionária.

12 Autos nº 20517/1999, da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR. Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho que obteve a declaração de nulidades das rescisões de 680 funcionários da Brasil Telecom, demitidos coletivamente em 1999.

13 TST; RR - 586341-58.1999.5.18.0001 - Em ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, a Celg é condenada em acórdão publicado em 16/10/2009 e recebe prazo de 6 meses para extinguir terceirização nos serviços de construção e reforma de redes de energia elétrica, sua manutenção de rotina e emergência.

Força de trabalho total no setor elétrico (Brasil)

Número de mortes



Dois cavalos de batalha no campo das privatizações

Privatizações da Eletrobras (1997) e Embratel (1998), nos setores elétrico e telefônico, ganharam a confiança da população no primeiro momento. Porém, nos dois casos, após a venda das empresas estatais, a lucratividade das empresas se manteve crescente e as tarifas cada vez mais altas. O caso da telefonia, principal argumento dos defensores da privatização, possui tarifas iguais para todas as classes da população e um comprometimento crescente da renda do trabalhador.

A telefonia foi o principal cavalo de batalha usado pelos defensores da política de privatizações na década de 1990. A força do argumento baseava-se na eficácia da prestação de serviços e no acesso ao hoje tão comum celular. Trata-se de um setor que parece atingir a sensibilidade da população, a partir do acesso concreto a este serviço. Com o passar do tempo, números e a realidade mostram que as conquistas foram aparentes. As tarifas ficaram mais altas. “Mesmo no setor que os neoliberais festejam, a tarifa do celular no Brasil é a segunda mais cara do mundo, de acordo com a consultoria Bernstein Research Corporation”, afirmou o economista Carlos Lessa, em artigo publicado em 2010.

Saulo de Tarso, do Instituto Reage Brasil (IRB), afirma que, à época da privatização da telefonia, a Telebrás era a quinta maior empresa do mundo e hoje está estacionada no lugar de número 19 do ranking. Um pouco antes do leilão, o governo brasileiro investiu no setor um montante da ordem de R\$ 22 bilhões, para logo em seguida “entregar” a mesma empresa por R\$ 8,8 bilhões de dólares, ou seja, apenas 40% do investimento inicial.

A população encarou a multiplicação por sete das tarifas telefônicas, valor que teve como destino a remessa de lucros pelas concessionárias. Na avaliação de Fabiano Camargo, economista do Dieese e do Senge-PR, a propaganda oficial da privatização mostrou-se sem lastro na realidade. “O acesso à linha telefônica ficou barato, mas a receita das empresas aumentou em função da assinatura”, analisa.

Saulo de Tarso comenta que o modelo de monopólio estatal, aplicado em diferentes setores estratégicos antes da década de 1990 (veja ARTIGO sobre o caso do petróleo), deu lugar a uma fragmentação, com a criação das agências reguladoras, o Estado com o papel apenas de fiscalizador e a multiplicação de concessionárias. Já o economista Fabio Bueno, da organização Consulta Popular, analisa que os trabalhadores

assalariados arcam com esta situação. “Em SP, uma assinatura básica chega a R\$ 40,00, consumindo 8% da renda de uma pessoa que ganha o novo salário mínimo - R\$ 510,00 - apenas para ter a linha funcionando), sustentando a expansão dos celulares pré-pagos”, comenta.

No caso da Energia, indústrias —pagam menos que cidadão comum

Antes da privatização do setor elétrico, a taxa de retorno para as empresas concessionárias era previamente fixada. Após a privatização, em 1997, as tarifas são diferentes de acordo com cada região e as operadoras passaram a uma lógica de correção própria. “O governo garantiu que eles teriam direito, no mínimo, a aumentar as tarifas todos os anos, de acordo com a inflação”, analisa Fabiano Camargo, do Dieese do Paraná – justamente o contrário do que a televisão garantia ao povo brasileiro. O valor do aumento da tarifa para os todos os níveis de consumidores, nos últimos dez anos, foi de 30%.

Neste sentido, uma pessoa comum, em média, paga mais pelo serviço de energia elétrica do que os grupos industriais, em um país com alto potencial hídrico e tecnologia no setor hidráulico. De acordo com nota do Dieese, “O valor médio da tarifa para o consumidor residencial era de R\$ 294,91, em 2006, e de R\$ 207,68, para a classe industrial. Ou seja, a tarifa da classe residencial estava, ainda, 42% acima da tarifa da classe industrial. Essa diferença era de 119,37% em 1997”.

No Brasil de hoje, 1,89% do PIB per capita, medido pela paridade de poder de compra, é comprometido com a tarifa de energia, enquanto em um país como a Itália tal percentual é de apenas 0,83%. Já o Canadá alcança 0,18%. “A tarifa residencial média de energia elétrica brasileira é a mais cara do mundo entre 31 países pesquisados pela Agência Internacional de Energia (AIE), em comparação com o poder aquisitivo dos habitantes de cada país”, comenta Fabiano Camargo.



Setor de Telefonia

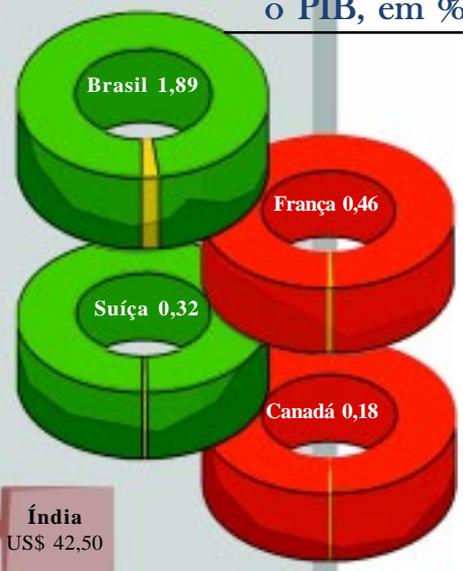
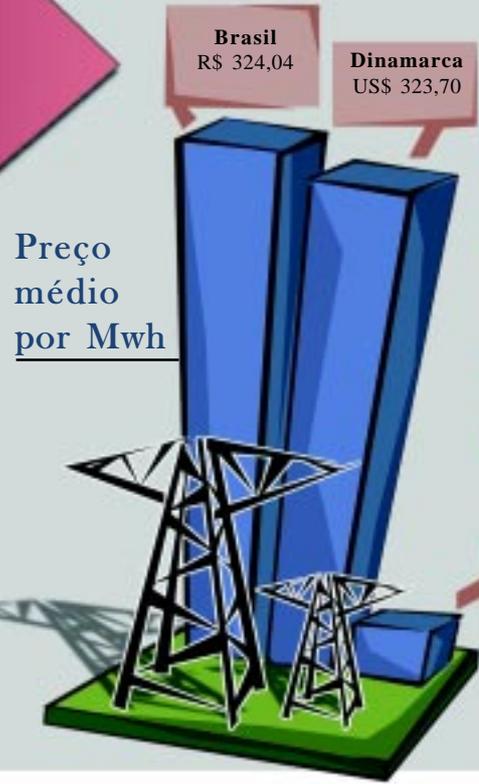


Setor Elétrico

1995. Preparativos para a privatização: aumentos de tarifas de até **150%**

1997. Lucratividade da Eletrobrás explodiu para **1,5 bilhão** de reais, com **200%** de avanço sobre os **550 milhões** de 1996

Tarifa residencial - Gasto per capita, sobre o PIB, em %



Consequências da privatização no setor de telecomunicações

“Estamos entre as 40 nações de maior comprometimento da renda com telefonia fixa, pois temos a 38ª tarifa que mais compromete a renda de seus habitantes. A situação pouco se altera quando tratamos de telefonia celular, ficamos na 114ª posição no ranking deste segmento, ou o 37º maior comprometimento da renda com pacote básico de telefonia móvel”, afirma o economista do Dieese, Fabiano Camargo, em artigo abaixo, produzido para o Reflexos da Privatização.

O marco da privatização das telecomunicações brasileiras é junho de 1998, quando o sistema Telebrás foi vendido em um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A partir deste momento, o setor passa a ser comandado pela iniciativa privada. No anúncio da privatização, dizia-se que os serviços de telefonia teriam suas tarifas e preços reduzidos. Na prática, sofremos com aumentos expressivos nos últimos anos, somos um dos povos que mais comprometem renda com serviços de telefonia, seja telefonia fixa, celular e até mesmo no acesso à banda larga. Só um exemplo: de julho de 1994, logo após a implantação do Plano Real, até 11 de setembro 2009 (data da última autorização de reajustes de tarifas pela Anatel), a assinatura básica de telefonia fixa no Paraná apresentou crescimento percentual de 6.987%, percentual muito acima de qualquer índice inflacionário. Neste mesmo período o Índice de Preços ao Consumidor Amplo teve variação de 247,42%, valor atualmente próximo a R\$ 40, que encarece as contas dos consumidores, principalmente aqueles de menor poder aquisitivo, garantindo uma receita fixa cada vez maior para as empresas. Os aumentos ocorridos antes da privatização devem ser considerados na realização do cálculo, pois havia a intencionalidade de preparar as empresas para serem vendidas.

A União Internacional de Telecomunicações (UIT) divulgou, em março de 2009, estudo que contém informações referentes ao comprometimento da renda em diversos países em relação a serviços de

telecomunicações. Segundo a UIT, em 2008 o brasileiro comprometia em média 5,9% da sua renda com um pacote básico de telefonia fixa, o que colocava o país na 113ª posição numa escala crescente de custo que avalia 150 países. Portanto, estamos entre as 40

Além do aumento dos preços e das tarifas, os usuários dos serviços de telecomunicações convivem com a redução da qualidade dos serviços prestados. As operadoras de telefonia são líderes em reclamações nos órgãos de defesa do consumidor.

nações de maior comprometimento da renda com telefonia fixa, pois temos a 38ª tarifa que mais compromete a renda de seus habitantes. A situação pouco se altera quando tratamos de telefonia celular, ficamos na 114ª posição no ranking deste segmento, ou o 37º maior comprometimento da renda com pacote básico de telefonia móvel. No caso da banda larga, a situação brasileira é ligeiramente melhor e ficamos na 77ª posição, o 74º maior comprometimento de renda entre nações. Porém, a disponibilidade e a velocidade oferecidas nestes serviços são limitadas, muito abaixo do verificado em outros países. Por isso, nota-se a preocupação do governo federal em criar um Plano Nacional de Banda Larga. É preocupante notar que nos três rankings estamos atrás de nações com perfil econômico semelhante, como é o caso dos Brics (sigla que agrega Brasil, Rússia, Índia e China), e também fomos ultrapassados pelos nossos vizinhos Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela e México. Logo, ficamos à frente apenas de nações de menor desenvolvimento econômico-social, como países africanos, locais onde os serviços de telecomunicações são extremamente atrasados.

Fatores como a péssima distribuição de renda existente no Brasil, além dos baixos salários pagos no



USUÁRIO convive com redução de qualidade dos serviços

País e os aumentos expressivos das tarifas dos serviços de telefonia fixa fazem com que os brasileiros comprometam importante parcela da sua renda com estes serviços. No período da ocorrência da privatização, o brasileiro comprometia em média 2% da sua renda em serviços de telecomunicações, percentual que avançou para 5,3% em dezembro de

2009, tendo como base os pesos do IPCA. Os serviços e as tarifas do segmento de telecomunicações são cobrados de forma igualitária para toda a população, independente da renda. Em segmentos como energia elétrica e saneamento, há subsídios tarifários para as populações mais pobres, facilitando o acesso aos serviços. Logo, há uma evidente dificuldade no acesso aos serviços de telecomunicações por parte dos brasileiros que ganham menos.

Além do aumento dos preços e das tarifas, os usuários dos serviços de telecomunicações convivem com a redução da qualidade dos serviços prestados. As operadoras de telefonia são líderes em reclamações nos órgãos de defesa do consumidor. Observam-se milhares de ocorrências de cobranças indevidas, serviços não prestados ou de má qualidade, entre outros. Some-se a isso a precarização nas condições no mercado de trabalho dos empregados do setor, com a intensificação do ritmo de trabalho, aumento de doenças ocupacionais, bem como queda significativa dos rendimentos nos últimos anos e o aumento da terceirização. Podemos concluir que a privatização no setor de telecomunicações não foi benéfica nem para consumidores, nem para os trabalhadores, mas apenas para as empresas do segmento que, ano após ano, reduzem seus custos e elevam seus lucros, em detrimento da qualidade dos serviços prestados.

Senge-PR Comunicação



MOBILIZAÇÃO em frente ao Palácio das Telecomunicações marcam a luta paranaense contra a venda da Telebrás

O petróleo que não pode escorrer entre os dedos

A apropriação, o planejamento do Estado sobre o recurso, os leilões de áreas ainda não mensuradas e o investimento nas carências da população brasileira traduzem a necessidade de mobilização das forças progressistas para que a nova descoberta não seja apenas uma ilusão passageira. Artigo de Ronaldo Pagotto*

O Estado brasileiro deteve, durante 44 anos, o monopólio sobre a exploração das reservas petrolíferas e minerais. A quebra do monopólio foi iniciada em 1995 e selada em 1997, com a Lei 9478, a chamada “Lei do Petróleo, assinada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com a lei, a propriedade de nossos recursos naturais passava às empresas que o extraíssem do solo, no marco dos chamados contratos de concessão, nos quais o Estado é retribuído por royalties e outros tributos, ou seja, apenas pela renda indireta desta que é principal commodity mundial. A lei de FHC abriu o mercado brasileiro para as empresas privadas e transnacionais, ampliou a participação do mercado no controle acionário da Petrobras e marcou com viés antinacional a situação da exploração no Brasil.

Até então, a Petrobras (BR) era a ferramenta exclusiva do Estado (detentor de 80% das ações dessa empresa mista) para a produção. Criada em 1953, a BR realiza, desde a década de 1970, prospecção em águas ultra-profundas, pesquisa que resultou na descoberta do óleo na camada pré-sal. O avanço do neoliberalismo, porém, transferiu parte considerável do controle da empresa, com a venda de 60% das ações da Petrobras na bolsa de valores – 40% delas na Bolsa de Nova York (Nyse). À época, Fernando Henrique Cardoso (FHC) propôs que a Petrobras fosse rebatizada como “Petrobrax”. É a partir desta configuração que a BR se expande hoje, atuando em 27 países do mundo, e nacionalmente controlando cadeias produtivas inteiras no setor petroquímico, de refino, etc.

No contexto da privatização, trabalhadores da Petrobras sofreram ataques contra os seus direitos, reprimidos na greve de 1995, com o uso da força do exército. Uma derrota que marcou o movimento popular brasileiro e deixou saldos negativos para os trabalhadores: em 2008, havia cerca de 260 mil terceirizados e 74 mil empregados do quadro própria da empresa. Esta é a sua tendência, expandindo contratos terceirizados e deixando de lado a primeirização. Neste processo, vemos uma situação semelhante ao que ocorreu com outros setores estratégicos, como energia, telefonia, etc: a criação de agências reguladoras, elaboradoras dos leilões. Sob comando da Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre

1999 e 2008 foram realizadas 10 rodadas de licitações, sendo que nove foram finalizadas e uma, a oitava, está suspensa por decisão da justiça. Em nove rodadas efetivamente realizadas, foram leiloados 745 blocos para exploração.

Neste momento a “Lei do Petróleo” coloca o país numa situação anacrônica. Mostra-se fora da atual conjuntura, pois esbarra na seguinte realidade: no mundo, 77% das reservas de petróleo estão sob controle e recuperação dos estados nacionais, do Oriente Médio à América Latina. Historicamente, as transnacionais do ramo vêm perdendo o controle das reservas e os países fornecedores de petróleo passaram a nacionalizar os hidrocarbonetos. Frente a este cenário, as transnacionais petrolíferas buscam então garantir a oferta e circulação de óleo no mercado mundial. Esta tensão entre controle nacional e imposição do mercado permanece viva, muitas vezes resolvendo-se no campo da ocupação militar.

Em 1973, a disputa entre governos e países fornecedores e potências industriais consumidoras resultou o chamado “Choque do Petróleo”.

Janela histórica: oportunidades dependem de articulação social

A conquista do monopólio estatal, o controle sobre as reservas petrolíferas, respondeu a uma conjuntura histórica de planejamento estatal e, sobretudo, à pressão

Prejuízos do atual marco regulatório

No Brasil, 47 por cento da receita operacional líquida da Petrobrás vai para os cofres públicos. Porém, num paradoxo maior ainda, quando o petróleo é exportado, descontado os impostos, a participação governamental é de tão somente 23 por cento. No mundo, os países exportadores recebem em média 84% da participação, e os países da OPEP recebem 90%. Nos países abaixo, o Estado tem a seguinte participação na receita do petróleo:

Inglaterra: 50% Rússia: 70% Noruega: 77%

Fonte: Os Desafios do Pré-Sal, Brasília, 2009. Cadernos de Altos Estudos.

de um dos principais movimentos cívicos da história do Brasil, a Campanha ‘O Petróleo é Nosso’, com o envolvimento de estudantes, setores nacionalistas, movimentos sociais e partidos, realizada entre 1947 até 1953, resultando na criação da Petrobrás e da lei que garantia o monopólio estatal.

A atual descoberta do pré-sal coloca o país em um novo patamar de produção e de inserção na geopolítica mundial. Estimativas apontam que o Brasil deve se tornar o sexto do mundo em reservas provadas, uma vez que podem alcançar de 50 até 300 bilhões de barris. Se somarmos nossas reservas provadas com todo o petróleo produzido de 1953 até 2008 (sem o pré-sal) chegamos ao volume de 24,9 bilhões de barris de petróleo. Assim, em relação ao total do petróleo descoberto desde 1953, as novas reservas estimadas do pré-sal são, no mínimo, 3,2 vezes maiores. Infelizmente, entre as descobertas, cerca 29% da área do pré-sal já foi licitada, o que se traduz em 41,8 mil quilômetros quadrados sob controle privado. E ainda não há um estudo definitivo para mensurar a totalidade do óleo desta gigantesca reserva. Uma comprovação até o momento não é de se desprezar: a extração é segura e o óleo de qualidade.

O projeto de lei encaminhado pelo governo Lula ao Congresso representa um passo em comparação à famigerada “Lei do Petróleo” de FHC. Porém, ainda é preciso uma comoção social para exigir o percentual a ser apropriado pelo Estado em cada consórcio petrolífero. Este ponto segue em aberto no projeto de lei. Podemos avançar na direção de um controle popular e soberano de nossas reservas, ou ver a camada pré-sal literalmente fatiada pelos interesses das classes dominantes.

Os projetos governamentais são voltados para as áreas do pré-sal especificamente e avançam em três dimensões: gestão do petróleo, operação da produção e maior apropriação e distribuição da renda. O contrato de partilha é mais avançado do que o atual de concessões (que se mantém para as áreas fora do pré-sal); a criação do Fundo Social é uma bandeira pautada pelos setores populares

(embora o volume de recursos, a especificação do seu destino, sua gestão, etc. ainda estejam incertos); e a criação da nova empresa, a Petro-sal, é uma medida contingente para a gestão do contrato de partilha. A definição da Petrobras como operadora exclusiva é outro aspecto importante. A empresa tem direito a uma porcentagem mínima, de 30% em cada consórcio, ou a totalidade no caso das áreas consideradas estratégicas.

Um complemento indispensável seria o estabelecimento de cota sob o controle do Estado brasileiro para cada área explorada. Os aspectos antipopulares do projeto do governo são a manutenção das áreas do pré-sal, e também nas áreas em solo, leiloadas sobre o regime de concessão (29% do pré-sal), somada à falta de definição de qual seria o percentual mínimo da partilha, e também a orientação política da Petrobrás, agindo como transnacional em outros países, fruto da sua configuração acionária desfavorável. Quanto ao Fundo Social, há poucas definições sobre seu destino, mas é preciso atenção para que seja investido nas necessidades históricas do povo brasileiro, e não fatiado na pequena política do Congresso Nacional.

O tema está em aberto, só o debate na sociedade pode garantir um avanço. As forças progressistas devem chamar para si a responsabilidade, uma vez que a atenção da mídia corporativa tem sido focada em questões menores, tais como a renda indireta da exploração (sobretudo os royalties, de acordo com as disputas entre estados produtores e não-produtores), além do questionamento da operação preferencial da Petrobras, colocando em xeque a capacidade da BR em logística, em nome do mercado mundial. Esta é uma forma de ocultar o real conteúdo dos projetos e os problemas em jogo, abrindo espaço para dilapidar as medidas minimamente populares do projeto. Este é problema: Ainda não chegamos ao monopólio estatal de Vargas. E os setores privatistas querem retornar à lei de FHC.

Em um primeiro momento, o tema ambiental não permitiu que uma diversidade de setores sociais, comunidades de base da Igreja progressista e ativistas tomassem parte no debate e na campanha dos movimentos sociais, receosos do aprofundamento dos riscos ambientais desta matriz energética poluente. É preciso lembrar que o investimento na indústria petroquímica, para evitar a queima de óleo bruto, e o investimento em novas matrizes energéticas a partir de recursos do pré-sal são bandeiras da campanha dos movimentos sociais. Não podemos esquecer: sem o controle político da produção e ritmo do petróleo, nada será alterado e o restante da camada pré-sal continuará fatiado em leilões, com o óleo destinado para exportação e a simples queima de combustível. A opção de dar as costas ao tema não está colocada no plano real. Portanto, lutamos pelo petróleo, sob controle do Estado, para acelerar sua substituição como fonte de energia e gestar toda sua cadeia produtiva, de acordo com os interesses da população.

** Membro da campanha O Petróleo Tem Que Ser Nosso*



A OPÇÃO de dar as costas ao tema não está colocada no plano real

Privatização da reserva mineral: um vale de mentiras

Privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi um dos maiores escândalos de toda a história republicana brasileira. Valor da empresa era incalculável, mas foi entregue ao capital privado por valor irrisório.

O dia 6 de maio de 1997 marca um dos capítulos mais tristes da história recente do Brasil. Nessa data, na sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o Consórcio Brasil (liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional, do empresário Benjamin Steinbruch) adquiriu por 3,3 bilhões de dólares o controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Na época, a Vale era a segunda maior mineradora do mundo e a maior empresa de economia mista do Brasil. Um desmanche criminoso do patrimônio do povo brasileiro, que tentou impedir de diversas formas a venda da companhia. No dia do leilão, que ficou interrompido por mais de cinco horas, por causa de duas liminares da Justi-

ça Federal, aproximadamente 5 mil pessoas protestavam em frente à sede da bolsa contra a venda da empresa e foram agredidas pela polícia militar do Rio de Janeiro. No fim do dia o governo conseguiu casar as liminares e às 17h47min foi batido o martelo. O hino nacional foi executado após o pregão e soou como uma marcha fúnebre.

Para se ter uma ideia do baixo valor pago pelas ações da empresa, em 2006, o então diretor financeiro da Vale, Fábio Barbosa, afirmou que a Vale tinha à época valor estimado de US\$ 40 bilhões, ou seja, cerca de R\$ 72 bilhões. Em 2006, o lucro da empresa já era quase quatro vezes o valor pela qual foi vendida, ou seja, R\$ 12,5 bilhões. Uma das maiores polêmicas

Senge-PR Comunicação



BARRACA na Boca Maldita, em Curitiba, concentrou grande porcentagem de votos dos Curitibaanos

acerca da venda da Vale envolve a cotação realizada pela corretora norte americana Merrill Lynch, que a avaliou a empresa em R\$ 10 bilhões. A corretora foi acusada de subavaliar jazidas e o conjunto do complexo industrial da empresa, com patrimônio superior a R\$ 100 bilhões.

Ações populares

Logo após a venda, inúmeras entidades da sociedade civil entraram com ações populares contra a privatização da Vale. Porém, tais ações, em decisão de primeira instância, haviam sido extintas pelo juiz federal Francisco de Assis Gardês Castro Junior, de Belém (PA), que alegou que a venda da empresa já produzira efeitos e que, se desfeitos, resultariam um desastre.

Existem pelo menos cem ações judiciais que contestam o leilão da venda da CVRD. A ex-deputada paranaense e presidente do Instituto Reage Brasil, Clair da Flora Martins, autora de uma destas ações, juntamente com Hasiel da Silva Pereira Filho, diz que “os critérios de avaliação da CRVD restringiram-se, na época, ao valor das ações da empresa no mercado, sem observar o valor patrimonial do complexo empresarial e de todos os direitos de lavra de minérios, correspondente a cerca de 240 mil quilômetros quadrados”. Segundo Clair, a empresa escolhida para fazer o modelo de avaliação da Vale, a Merrill Lynch, vendia ações de uma corretora anglo-americana concorrente da Vale.

Figuram como réus da ação proposta pela ex-deputada e pelo ex-vereador a União Federal, tendo como procuradora Helia Maria de Oliveira Bettero, o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o ex-Ministro de Minas e Energia, Raimundo



NO SENGE-PR, engenheiros participaram das votações

Brito, o ex-Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, o ex-presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros e o ex-presidente da Vale do Rio Doce Francisco Schettino.

Plebiscito Popular: luta do povo pela reestatização da Vale

Em setembro de 2007, foi realizado, em todos os estados brasileiros e em todas as regiões do Paraná, um plebiscito popular, processo de discussão que possibilitou um raio x do Brasil. Quando se fala que a Vale era avaliada em 96 bilhões e foi vendida por pouco mais de três bilhões de reais, na verdade não houve nenhum investimento, pois com a mesma estrutura dos tempos de estatal, seu lucro cresce exponencialmente. As reservas existentes perduram por 400 anos. Se continuar no atual ritmo, o ganho estimado é de oito trilhões, impressionantemente superior aos 92 bilhões de reais.

Para o diretor do Senge-PR, Antônio César Quevedo Goular, que participou ativamente do plebiscito, o que difere o cenário atual em relação à Vale de antes é uma demanda mundial muito aquecida por minérios de ferro, puxada pelo crescimento colossal da China e da Índia. “Isto que poderia ser o instrumento importante de financiamento das políticas públicas se transforma em enriquecimento criminoso por parte dos capitalistas, em especial estrangeiros”, afirma Goulart.

Senge-PR Comunicação



PLEBISCITO contou com visitas a igrejas, escolas e bairros

Mito a quebrar

“É preciso desmitificar uma questão: a Vale sempre foi lucrativa. Eis o fato. A mudança está no consumo exacerbado dos últimos tempos e no preço dos minérios, que aumentou. Nenhum país em sã consciência abre mão do controle de 240 mil km de subsolo, quase o tamanho do estado de São Paulo”, critica Goulart. De acordo com ele, trata-se de um território que contém uma rica variedade de minérios, alguns que existem quase que exclusivamente no Brasil, como é o caso do nióbio. O Brasil detém 90% da reserva mundial de nióbio, usado na construção de semicondutores dos setores de informática, eletrônica, digital, telemático e de automação.

Desinformação e um grande silêncio

“A reação mais lógica diante do leilão da Vale seria a indignação. Por isso, é lamentável que a desinformação ainda permita que grande parte da população aplauda e se deslumbre com o seu lucro anun-

ciado. O que seria motivo de condenação, é visto por muitos como mérito”, analisa Goulart. A aparente omissão da imprensa traz consigo um posicionamento profundamente ideológico e crivado de interesses. O poder econômico da Vale não só comprou a grande imprensa mas foi além: influenciou até mesmo segmentos históricos aliados das lutas populares.

O plebiscito

De acordo com o diretor do Senge-PR, a campanha pela reestatização da Vale foi organizada durante um ano e somente na véspera, no processo final do trabalho, a imprensa reconheceu o plebiscito atacando-o, porém, violentamente. “Por quê? Porque o plebiscito tratava das questões centrais do país”, critica Goulart.

“Em 2002, com seus dez milhões de votos, o plebiscito que tratava da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi a peça política mais importante para a queda da Alca, segundo a reunião dos movimentos sociais de 34 países, em Mar Del Plata (março de 2006). Portanto, o plebiscito da Vale, em 2007, não foi uma corrida de cem metros rasos. Sim uma

Senge-PR Comunicação



OS DIRETORES do Senge-PR, Antônio César Quevedo Goulart (esq) e Ulisses Kaniak, em 2007

maratona, porque concomitantemente à luta da Vale, a Alca continua a merecer nossa atenção.

De fato, o império americano, na fase atual, usa duas estratégias combinadas para retomada da Alca. A primeira são os chamados TLCs (Tratados de Livre Comércio) bilaterais. O segundo elemento estratégico é a Iirsa (Iniciativa de Integração Regional da América do Sul), que é essencialmente uma integração de infra-estrutura, em transporte, energia e telecomunicações”, analisa Goulart.

Mobilização no Paraná

No Paraná, durante os debates feitos nas escolas, nas comunidades, nas igrejas, os jovens paranaenses deram a certeza de que a gran-

de maioria, em especial nas áreas mais periféricas das cidades, onde mais faltam as políticas públicas,

nos locais mais carentes, está a compreensão do processo democrático de forma mais realista e sensível. “É verdade que esta campanha foi mesmo difícil, pois atravessamos, diferentemente do resto da América Latina, um período de descenso de massa.

A militância nos dias atuais é tímida. Os recursos são escassos. Mas nem toda esta dificuldade é de tirar o ânimo porque com toda a convicção carregamos a bandeira da luta justa, da luta pela dignidade, pelo resgate de um patrimônio que é do povo. E se queremos ser uma nação dona do nosso destino, soberana, autônoma e equitativa, temos de lutar para que as riquezas brasileiras sejam mais bem repartidas entre todos”, avalia Goulart.

A militância nos dias atuais é tímida. Os recursos são escassos. Mas nem toda esta dificuldade é de tirar o ânimo porque com toda a convicção carregamos a bandeira da luta justa, da luta pela dignidade, pelo resgate de um patrimônio que é do povo.

Senge-PR Comunicação



DEFESA pela reestatização da Vale foi defendida no Grito dos Excluídos, evento anual realizado por entidades civis e pela população

Copel: dez anos de uma encruzilhada da história

No Paraná, 2001 foi marcado por um processo de mobilização popular contra o leilão de privatização da Companhia de Energia Elétrica do Paraná (Copel), criada em 1954, e objeto de lei de privatização para a venda de controle acionário, pertencente Estado.

Algumas expressões da luta pelo controle social da energia, da água e dos recursos naturais e energéticos marcaram a História recente da América Latina. Em janeiro de 2000, na cidade boliviana de Cochabamba, o movimento de massas retomou o controle municipal da empresa de água. Foi a primeira reestatização conduzida pela população no continente. Um caso clássico, gritante: a transnacional estadunidense Bechtel detinha a propriedade até da água da chuva que a população guardava em cisternas. Ainda assim, no restante do continente, a regra é outra e o setor energético é fragmentado entre corporações transnacionais. Na Califórnia (EUA), por exemplo, 23 das 30 concessionárias de energia foram privatizadas, com o conseqüente surgimento de “apagões” e prejuízos.

No Paraná, o ano de 2001 foi marcado por um processo de mobilização popular contra o leilão de privatização da Companhia de Energia Elétrica do Paraná (Copel). A principal companhia de capital misto do Paraná, criada em 1954, foi objeto de uma lei de privatização para a venda do seu controle acionário, pertencente ao governo do Paraná. A mobilização está na memória de quem vivenciou aqueles dias. “Todos tinham um objetivo claro: trabalhar ao máximo para evitar a privatização. As organizações se uniam para o dia a dia. Eu pedia ajuda ao escritório e ficava disponível 24 horas para estas questões. Muitos saíram das suas atividades naquele período, ligados ao Senge e ao Crea. Tivemos ganhos históricos, mostramos a força de uma bandeira única”.

A reflexão é da advogada trabalhista Giani Amorim, quem acompanhou a tramitação do Projeto de Iniciativa Popular na Assembleia Legislativa, e, mais tarde, as seis ações específicas propostas pelo Sindicato dos Engenheiros (Senge) e pelo Crea-PR, dentre as mais de cem

ações populares propostas no estado. O argumento dos defensores da privatização da Copel, de acordo com ela, foi baseado “na ideia do Estado ineficaz, tanto do ponto de vista de atendimento e do mercado, para jogar ao mercado todo e qualquer serviço”, diz.

O preparativo da privatização teve pontos em comum com a metodologia aplicada no restante do país: endividamento e precarização das empresas antes dos leilões, subavaliação do patrimônio na hora da venda, flexibilização de leis trabalhistas dos funcionários.

Começo do fim

De início, antes dos anos 2000, a privatização da Copel recaiu sobre setores específicos da companhia. Uma reestruturação do modelo da empresa. “O primeiro aspecto mexido na empresa foram os laboratórios, a justificativa era pela ineficácia do trabalho e dos resultados e, em segundo lugar, a rentabilidade.

Senge-PR Comunicação



SERGIO: a luta não seria corporativista, e sim de convencimento

A desvinculação dos laboratórios da Copel resultou em torno de 180 ações trabalhistas, até hoje não solucionadas. “Foi uma doação de patrimônio, o quadro pessoal foi demitido pelos laboratórios”, comenta Giani Amorim.

Mas entre pesquisa e rentabilidade não há uma finalidade imediata”, critica Giani, defendendo os laboratórios leiloados, formados no início da década de 70, antigas parcerias entre a Copel e a Universidade Federal do Paraná (UFPR): “São laboratórios criados com finalidade de fomento, não só da empresa, mas também de mercado, no Paraná e Brasil, com pesquisa e produtos que permearam todo o setor. A finalidade era de pesquisar e contribuir com a formação de profissionais, por isso o convênio com a UFPR, que entrava com professores doutores e a Copel entrava com custeio dos laboratórios”, explica.

Por meio da chamada “operação desmonte”, levada a cabo antes de 2001, a Copel apresenta-se no formato de holding, desmembrada em cinco unidades de

negócios. São as chamadas “subsidiárias”. Até hoje, a empresa está dividida deste modo, embora a administração seja centralizada sob controle do Estado. Ainda em 1996, o controle das ações ordinárias (ação com poder de voto) pelo Estado atingia 93% das ações, ao passo que atualmente apenas 58,3%.

Na avaliação do diretor-secretário do Senge, Ulisses Kaniak, este foi o processo de preparação para justificar a venda da estatal, iniciada desde que Ingo Hubert assumiu o posto de comando da empresa, em 1995, no governo Jaime Lerner. Desmembrada a empresa, as portas estavam abertas para a privatização. Entre as empresas concorrentes ao leilão, apresentaram-se grupos americanos, espanhóis e belgas, e também nacionais como Votorantim, Bradesco e Vicunha.

Senge-PR Comunicação



Do interior para Curitiba: nasce um movimento

O anúncio da privatização da Copel foi dado pelo governador Jaime Lerner no início de 2001, às vésperas do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), onde o tema da privatização da Copel foi pautado. A partir daí, foi articulado o trabalho com outros estados que enfrentavam o mesmo processo, a exemplo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Esta articulação por parte do Senge-PR recebeu também uma moção de apoio do ‘Forum pelo direito à energia’, em Buenos Aires (ARG), onde a questão foi debatida.

O engenheiro electricista e diretor do Senge-PR, Sérgio Inácio Gomes, de Maringá, recorda que a mobilização em torno da Copel foi pautada primeiro no interior, até ganhar corpo na capital. As duas primeiras audiências públicas aconteceram em Londrina e logo em Maringá. No primeiro semestre de 2001, definiu-se o caráter do debate com a população: “Em reunião entre sindicatos da base elétrica, definimos que a luta não seria corporativista, mas um trabalho de convencimento, por meio de audiências públicas. Foi uma pauta que agregou um amplo leque de setores, em um ano eleitoral, quando a direita se dividiu”, pontua.

Kaniak comenta que a gama de setores da sociedade que se posicionou contra a venda da empresa foi extensa. A facção política do governador à época, Jaime Lerner, ficou isolada, com reflexos eleitorais após o período. Isto porque mesmo deputados conservadores cederam à mobilização – naquele momento. “Os políticos fizeram pesquisas, souberam que 93% da população eram contra a venda da empresa. Em outras gestões, deputados tinham alienado as ações da empresa, e logo depois disseram que eram contra a venda. Durante todo o processo de votação, que acabou sendo fraudulenta, teve troca de posições no plenário, deputados que tiveram pressão popular nas cidades do interior, as pessoas foram em frente às casas

O MOVIMENTO se organizou do interior para a capital

dos parlamentares. E eles cederam”, comenta Kaniak.

A participação do movimento estudantil trouxe massa e fôlego para as mobilizações daquele ano. Os sindicatos construíram o “Fórum contra a privatização da Copel”. A ocupação da Assembleia Legislativa, no dia 15 de agosto, pode ser considerada o ponto culminante de um movimento que agregou 400 entidades. “Foi uma luta política que agregou diversas entidades. Ressalto a adesão do Crea, com toda a sua força, que pela primeira vez se mostrou mais próximo de uma discussão da sociedade. Como uma das forças da sociedade que integra o Crea, o Senge teve participação nesta aproximação”, comenta Kaniak.

Em meio a uma época de poucas mobilizações sociais e políticas no Brasil, como se explica a reação à privatização da empresa? “O que houve são bandeiras, houve uma grande mobilização, mas ainda não tão acirrada assim. Estavam na mobilização as lideranças e organizações. A população, por sua vez, se manifestou no Projeto de Iniciativa Popular, mas ainda de maneira tímida, não houve grande mobilização e embate. Ainda que maior do que vemos hoje. O que houve é que as organizações estavam unidas. Tendo uma bandeira, conseguimos aglutinar todas as organizações”, diz Giani Amorim.

Forte apelo

Para Ulisses Kaniak, a mobilização foi um dos principais fatores para a privatização não ter acontecido, além da conjuntura mundial de retirada de peso do mercado acionário dos leilões e da própria configuração da Copel. “De certa forma é *sui generis* o caso da Copel. Devido à relação entre população e empresa, é a maior do Estado. Sempre foi a menina dos olhos dos governos que passaram, e havia um respeito grande pelo próprio empregado da Copel nas cidades pequenas, na figura do plantonista da Copel. No momento em que o governo tenta tirar isto das mãos do povo e do Estado, as pessoas se opuseram”, diz.

O engenheiro encontra na eficiência da empresa um dos fatores que geraram um fato político. “A Copel ajudou a industrializar o Estado, assumiu a questão da energia, usinas, vias de transmissão e distribuição, pessoas viram o Estado crescer junto com a Copel, tanto que até o setor industrial se incomodou também. A Copel já possuía excelência e as tarifas nunca foram exageradas em comparação com o país”, afirma. Hoje, de acordo com ele, está entre as mais baratas, devido ao fato de não ter sido privatizada.

Os espaços de articulação entre a sociedade civil não se fecharam por completo, desde aquela época.

Um exemplo disso foi a organização do Fórum Popular contra o Pedágio.

Kaniak enumera que o setor elétrico brasileiro hoje apresenta contradições que devem continuar em debate e mobilização. “A Aneel não é entidade confiável, tem na sua formação principalmente representantes de empresas privadas – que controlam hoje o setor. Este esquema não foi quebrado. Além disso, a Copel tentou participar do leilão da Companhia de Transmissão Elétrica Paulista (Cteep), e não pôde participar por ser uma estatal”, diz.

Por meio da chamada “operação desmonte”, levada a cabo antes de 2001, a Copel apresenta-se no formato de holding. São as chamadas “subsidiárias”. Até hoje, a empresa está dividida deste modo, embora a administração seja centralizada sob controle do Estado.

2001: um ano agitado

Janeiro a junho. Debates nas cidades, articulações e fóruns intersindicais são realizados no Paraná, em articulação com outros estados, sobre o tema da Copel. Categorias ligadas à questão de energia buscam um debate político com a sociedade em audiências públicas.

Abril e junho. Formação do “Fórum Popular contra a venda da Copel”, para pressionar a Assembleia Legislativa, com grande mobilização em junho. No interior, deputados se deparavam com os manifestantes em frente às suas casas.

11 de junho. Grande mobilização para entrega do Projeto de Iniciativa Popular.

Nos dias 14 e 15 de agosto, sindicalistas, militantes sociais, estudantes, seguiram a sessão mais longa já realizada na Assembleia Legislativa, com duração de 22 horas. A sessão foi suspensa a partir da ocupação dos estudantes e do movimento social.

Cinco dias depois, um jogo acirrado: frente ao empate de 26 a 26 votos, o Projeto de Iniciativa Popular foi reprovado com o voto de minerva do presidente da Assembleia, deputado Hermas Brandão. Na contramão de 93% do povo paranaense.

Setembro. Descobertas irregularidades e contratos de gaveta, como no caso da empresa Tradener, o que comprometia o futuro comprador, que não poderia romper o contrato. No caso da Escoelétric, se a empresa compradora quisesse rescindir os contratos, a multa seria de R\$ 18,75 milhões, embora o valor de compra fosse à época R\$ 13,2 milhões.

18 de dezembro. O governo do Paraná fica impedido de reiniciar o leilão da empresa. A suspensão do processo licitatório foi determinada pelo desembargador federal Edgard Lippmann Jr., que considerou o processo de venda da estatal “carregado de vícios formais”, como fraude nos critérios de avaliação que teria levado ao subfaturamento do preço da Copel.

Projeto de Iniciativa Popular: — a primeira experiência brasileira

Na ótica da advogada do Senge-PR, Giani Amorim, a luta da Copel inaugurou uma ferramenta: o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, iniciativa da sociedade civil que coletou 137 mil e 700 assinaturas, 2% do eleitorado à época, recolhida em mais de 150 cidades do Paraná. Foi a primeira experiência do gênero no país, levada a voto institucional. Nos relatos da época, a sociedade participou do debate por meio do abaixo-assinado que validou o projeto. Parte das pessoas que participaram dos debates vinham das comunidades de base da Igreja. Sua presença foi decisiva. Os protestos de rua contavam com setores e entidades sociais organizadas. Já o abaixo-assinado converteu-se em um mecanismo de contato com a população comum.

Em um primeiro momento, todo o esforço e acompanhamento se concentrou no Projeto. Porém, uma vez aprovada a lei de privatização, a disputa e pressão política também se refletiu no campo jurídico. “Os processos foram formatados como ação popular, em um único modelo, distribuído no interior do Paraná. Foram mais de 100 ações populares. Existiram também ações específicas, mais pontuais, como, por exemplo, as seis ações do Senge. Tivemos três liminares, enfocando os preços irrisórios de venda”, explica Giani.

O conteúdo dos processos toca no ponto já visto



GIANI: Projeto de Iniciativa Popular barrou processo de venda

neste Caderno das privatizações: a subavaliação do patrimônio da empresa estatal. O foco dos juristas do Senge-PR e do Crea-PR sobre o preço abaixo do real valor do patrimônio da empresa. Inácio comenta

Senge-PR Comunicação



MOBILIZAÇÃO da população foi fundamental na luta contra a privatização da Copel

que o preço da venda da Copel refletiu somente “20% dos recursos necessários para comprar as instalações da Copel, sem contar o valor estipulado nos direitos de concessão, que vale mais do que as instalações”, diz. O cenário também foi antecedido por cortes nos investimentos. O gasto com expansão da oferta de energia caiu de R\$ 16 bilhões em 1987, para apenas R\$ 3 bi no ano 2000.

Não só a subavaliação e o chamado “fluxo de caixa descontado” são apontados por especialistas como os elementos decisivos no tabuleiro da privatização da Copel. A empresa possuía um passivo, na forma de contratos fraudulentos, assinados desde antes de 2001, como no caso da empresa Tradener, quando a compradora arcaria com a multa da rescisão de contrato. Com isso, possíveis compradores ficaram descontentes.

De acordo com Giani Amorim, os advogados do Senge e Crea traçaram a estratégia junto à Quarta Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4.ª Região, uma vez que o caso não era apenas estadual, isto porque agência governamental (Aneel) regulava a privatização. “Em determinado momento, o tribunal decidiu interromper o processo de privatização, até haver a sentença de todas as ações judiciais. Fato é que se interrompe o processo, porque havia centenas de questionamentos no estado do Paraná, havia um Projeto de Iniciativa Popular”, reflete.

Movimento de resistência em outras empresas: Sanepar

O marco inicial da política de privatização no setor de saneamento se estabeleceu em janeiro de 2005, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mês de mandato, vetou o PL 199/93. Esse Projeto de Lei representava o anseio e o consenso de muitos segmentos que atuam no saneamento e que discutiam democraticamente há vários anos. Esse veto associou-se a um período de poucos recursos financiados e a fundo perdido, seguindo políticas monetárias do FMI, sedimentando as bases para o projeto de eficiência e necessidade de gestão pela iniciativa privada. Essa tentativa aconteceu em todos os setores ligados a infra-estrutura. “A resistência dos funcionários da Sanepar não teve o mesmo caminho da Copel. Houve manifestação das lideranças, o Senge organizou e participou de manifestações na “Boca Maldita” e na Assembléia Legislativa. Avalio que, além das manifestações das entidades sindicais, a grande manifestação dos funcionários foi na gestão e na manutenção de serviços públicos de qualidade”, comenta Edgar Faust Filho, da direção do Senge-PR, sobre a tentativa de privatização da Sanepar e do saneamento no Brasil e no Paraná.



“A sua Copel do futuro”, frase colocada em velas, distribuídas pelo Senge-PR